



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

CRISLAYNE ROBERTA DOS SANTOS

**MEMÓRIAS DO AUTORITARISMO SERGIPANO:
A DEMOCRACIA AUTORITÁRIA EM SERGIPE ENTRE 1947-1953**

São Cristóvão-SE

2025

CRISLAYNE ROBERTA DOS SANTOS

**MEMÓRIAS DO AUTORITARISMO SERGIPANO: A DEMOCRACIA
AUTORITARIA EM SERGIPE ENTRE 1947-1953**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe (UFS), sob orientação do Prof. Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá, como requisito para obtenção do diploma de Licenciatura em História.

São Cristóvão-SE

2025

DEDICATÓRIA

Aos alunos da Rede Pública de Ensino que tive contato durante os estágios obrigatórios, àqueles que tanto contribuíram para a minha formação no chão da escola. Que este trabalho seja mais um exemplo da força e poder de transformação da Educação Pública.

AGRADECIMENTOS

Início estes agradecimentos com um trecho de uma das minhas canções preferidas do meu artista preferido, Belchior, quando ele diz que “Deus é uma coisa brasileira, nordestinamente paciente”, para agradecer em primeiro lugar àquele que foi e continua sendo o meu sustento e a minha certeza para acreditar que, de fato, as coisas acontecem no seu próprio tempo.

Em honrosa menção, agradeço aos meus pais. Estes que, por circunstâncias da vida, não puderam concluir os seus estudos, mas que nunca mediram esforços, desde que eu me conheço por gente, para dar a mim e aos meus irmãos o acesso à educação e que sempre se fizeram presentes, tentando participar ao máximo da minha caminhada enquanto estudante, desde a educação básica até o ensino superior. Obrigada por terem sido o meu chão e o meu porto seguro em todos os momentos, por me compreenderem nos momentos difíceis da graduação e pela preocupação quando eu ia dormir tarde, porque precisava estudar. Vocês foram e são incríveis, sem vocês teria sido muito mais difícil. Amo vocês!

Aos meus irmãos por entenderem e se esforçarem quando eu pedia um pouco de silêncio para estudar e escrever esta monografia, porque é como diz a frase “seis pessoas em silêncio, ainda fazem barulho” (risos). Obrigada por terem sido sensíveis aos meus momentos de desespero, pelos momentos de distrações, pelas risadas e companhia.

Agradeço aos meus amigos mais que queridos: Luiz Paulo, com quem eu dividi a alegria da aprovação na tão almejada Federal de Sergipe e os primeiros momentos do ensino superior; a Alef e Mikaela, os meus verdadeiros tesouros que a graduação me presenteou, com quem dividi a maior parte da graduação e os melhores cafés no Moura, sem vocês o último período da graduação foi mais difícil, mas ainda bem que os nossos laços se estendem para além dos muros da universidade; e a todos os amigos e colegas que a graduação me apresentou.

Aos amigos do Palácio Museu Olímpio Campos, em especial Paulo, Marcel, Alany e Brenno, as tardes da minha semana, ao longo de 2 anos, foram mais alegres e coloridas com a presença de vocês.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Antônio Fernando de Araujo Sá, por ter me ajudado ainda durante a sua disciplina de Brasil República ao me emprestar um livro e por todas as orientações que me concebeu para a realização desta pesquisa, como também por não se fazer distante em comunicação.

À minha ex-professora e supervisora técnica de estágio, Ana Maria, por ser voz corajosa e força dentro da sala de aula, sendo inspiração para mim e tantas outras pessoas que passaram por suas aulas.

Ao meu bem, por ter sido o meu companheiro em absolutamente todos os momentos do processo de pesquisa, leitura e escrita, por ter sido um ouvido atento e incansável para ouvir desde os meus entusiasmos até as minhas incertezas e medos de não dar certo. A sua contribuição foi essencial para mim tanto em minha forma racional, como também para o meu coração, com o seu carinho e paciência.

Por fim, termino estes sinceros agradecimentos com lágrimas nos olhos, lágrimas de alegria e de esperança na educação, nos estudantes brasileiros, no potencial de pesquisa desta terra, com a certeza de que ainda há muito que precisa ser feito, mas o que já se fez e o caminho que está sendo trilhado há de render e colher muitos frutos no futuro.

“Eu acredito nele, pois de seu território eu faço parte

Eu tenho fé nele: porque nesta leitura só ele existe e é meu (país)

Eu tenho esperança nele porque conheço sua história, que em meus anseios será eterna [...]”

(Ilha de Vera Cruz (Primeiro Nome), Beatriz Nascimento, 1986)

RESUMO

A redemocratização brasileira de 1945, marcada pela queda do Estado Novo e o retorno ao regime democrático, promoveu o ressurgimento dos partidos políticos e do debate público no país. No entanto, esse processo não se deu de maneira homogênea em todas as regiões, apresentando especificidades locais significativas. No estado de Sergipe, o cenário político entre o final da década de 1940 e o início dos anos 1950 caracterizou-se por um ambiente ainda fortemente autoritário e marcado por práticas políticas arbitrárias, apesar do contexto nacional de abertura democrática. O presente trabalho analisa a dinâmica da política partidária nesse período em Sergipe, considerando as tensões entre o avanço das instituições democráticas e a permanência de estruturas de poder personalistas e oligárquicas. A metodologia utilizada baseou-se na análise documental de jornais da época, registros do Arquivo do Poder Judiciário de Sergipe, além do suporte teórico de obras bibliográficas fundamentais sobre o período, com destaque para Skidmore (1982), Dantas (1989), Schwarcz e Starling (2018) e Dantas (2022). A partir desses materiais, identificou-se a permanência de práticas políticas excludentes, que revelam a fragilidade da institucionalização democrática no contexto sergipano atrelado ao cenário nacional. Conclui-se, portanto, que a redemocratização, embora significativa em termos legais e institucionais, foi assimetricamente vivenciada, sendo Sergipe um exemplo da complexidade e dos limites desse processo histórico.

Palavras-chave: Redemocratização; Política partidária; Sergipe; Autoritarismo; Comunistas.

ABSTRACT

The Brazilian redemocratization of 1945, marked by the fall of the Estado Novo and the return to a democratic regime, promoted the resurgence of political parties and public debate in the country. However, this process did not occur uniformly across all regions, displaying significant local specificities. In the state of Sergipe, the political landscape between the late 1940s and the early 1950s was characterized by a still strongly authoritarian environment and marked by arbitrary political practices, despite the national context of democratic opening. This work analyzes the dynamics of party politics during this period in Sergipe, considering the tensions between the advancement of democratic institutions and the persistence of personalist and oligarchic power structures. The methodology used was based on the documentary analysis of newspapers from the period, records from the Judicial Power Archive of Sergipe, in addition to the theoretical support from fundamental bibliographic works on the period, with emphasis on Skidmore (1982), Dantas (1989), Schwarcz and Starling (2018), and Dantas (2022). From these materials, the persistence of exclusionary political practices was identified, revealing the fragility of democratic institutionalization in the Sergipe context tied to the national scenario. It is concluded, therefore, that the redemocratization, although significant in legal and institutional terms, was asymmetrically experienced, with Sergipe being an example of the complexity and limits of this historical process.

Keywords: Redemocratization; Party politics; Sergipe; Authoritarianism; Communists.

Sumário

Introdução	10
Fim do Estado Novo e a disputa partidária entre PSD X UDN	13
Início da Guerra Fria e o governo de José Rollemberg Leite: o “cidadão de bem” autoritário	26
Anísio Dário: mártir para uns, subversivo para outros	33
A intensa repressão aos comunistas nos anos 50	38
Considerações Finais	47
Fontes	50
Referências Bibliográficas	51

1. Introdução

O século XX foi marcado por profundas transformações políticas, econômicas e sociais no plano internacional. A Revolução Russa de 1917, as duas Guerras Mundiais e, posteriormente, a Guerra Fria configuraram um cenário de instabilidade global e reconfiguração ideológica que impactou diretamente a América Latina. O Brasil, inserido nesse contexto, experimentou intensas reestruturações internas, que atingiram seus Estados e territórios de maneira desigual, mas não menos significativa. Desta forma, o pequeno estado de Sergipe tornou-se palco de diversas manifestações das tensões políticas do período, refletindo os desdobramentos das disputas nacionais e internacionais em sua própria conjuntura local.

Um dos marcos mais significativos da história política brasileira no século XX foi a queda do Estado Novo (1937-1945), regime ditatorial implantado por Getúlio Vargas, que promoveu uma intensa repressão contra indivíduos e grupos considerados opositores, incluindo prisões arbitrárias, torturas e execuções. Embora tenha rompido formalmente com a ordem oligárquica da Primeira República, o Estado Novo manteve práticas autoritárias semelhantes, reproduzindo a exclusão política e o centralismo decisório. Tal repressão fortaleceu, especialmente entre setores progressistas e militantes comunistas, o desejo de retorno às liberdades democráticas, protagonizado, em grande parte, pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Ao final da Segunda Guerra Mundial, cresceu no Brasil uma pressão generalizada pelo fim da ditadura. O ambiente internacional, marcado pela vitória das forças aliadas e pela condenação do fascismo, incentivou setores da sociedade civil e da classe política a exigirem a retomada do regime democrático. Vargas, ciente dessas pressões, enfrentou crescentes manifestações contrárias à sua permanência no poder. Essas mobilizações culminaram na promulgação de um Ato Adicional que pavimentou o caminho para a convocação de eleições diretas, represadas desde o golpe de 1937.

Com o processo de redemocratização em curso, emergiram novas forças políticas no cenário nacional. Destacam-se, nesse momento, o Partido Social Democrático (PSD) — herdeiro do aparato político varguista — e a União Democrática Nacional (UDN), representante de uma oposição liberal-conservadora. Essas agremiações disputaram, acirradamente, os rumos da política nacional e, em Sergipe, reproduziram alianças e

antagonismos em nível estadual. Não raro, formavam-se coligações políticas heterogêneas e pragmáticas, compostas por agentes de diferentes matizes ideológicas, a fim de viabilizar projetos eleitorais e administrativos.

Nesse contexto, também ganha destaque o surgimento do Movimento Queremista, de forte apelo popular e composto, majoritariamente, por trabalhadores urbanos. O movimento defendia a permanência de Vargas no poder, contrariando setores da elite política que exigiam sua saída imediata. Em Sergipe, o Queremismo mobilizou manifestações públicas, enfrentando resistência, sobretudo, dos udenistas. A participação expressiva de trabalhadores em um movimento de apoio a um líder que havia governado sob uma ditadura aparente pode parecer paradoxal, mas revela a eficácia da política de aproximação com as classes trabalhadoras promovida por Vargas nos anos finais do Estado Novo.

É possível perceber certa similaridade entre a forma de fazer política do presidente brasileiro com a de Lázaro Cárdenas, no México, e Juan Domingo Perón, na Argentina, vez que promoveram projetos políticos marcados pela aproximação das classes populares, inseridos no contexto do que a historiografia define como populismo latino-americano clássico. Embora atuassem em realidades nacionais distintas, esses líderes compartilharam estratégias similares de mobilização e incorporação das classes trabalhadoras ao campo político, por meio de políticas trabalhistas, discursos nacionalistas e criação de mecanismos de mediação controlados pelo Estado, como sindicatos oficializados ou partidos de base popular, visando a sua permanência no poder com o apoio dessas classes menos favorecidas.

A promulgação da Constituição de 1946 marcou o retorno formal à democracia e permitiu a reorganização partidária, incluindo a legalização temporária do PCB. O partido obteve vitórias importantes, como a eleição de Luiz Carlos Prestes ao Senado e a conquista de 17 cadeiras na Câmara dos Deputados. No entanto, a intensificação da Guerra Fria e o alinhamento do Brasil aos Estados Unidos no campo anticomunista mudaram radicalmente esse cenário. Em 1947, o Tribunal Superior Eleitoral cassou o registro do PCB, e, no ano seguinte, os mandatos dos parlamentares comunistas foram igualmente cassados, revelando os limites da democracia liberal brasileira frente ao avanço da lógica repressiva impulsionada pela geopolítica da Guerra Fria.

Em Sergipe, os reflexos desse autoritarismo se manifestaram de forma intensa. O governo de José Rollemberg Leite (PSD), aliado de Dutra, tornou-se responsável por uma

série de perseguições e violências contra opositores políticos. Um episódio emblemático foi a repressão e posterior morte do operário e sindicalista Anísio Dário Andrade, durante uma manifestação contra os abusos do governo estadual e federal. O assassinato de Anísio representou uma grave violação aos direitos humanos garantidos pela Constituição de 1946, tornando-se símbolo das contradições de um regime que, embora formalmente democrático, mantinha práticas autoritárias sistemáticas.

Na sequência, o governo de Arnaldo Rollemberg Garcez (1951-1955) manteve a linha repressiva de seu antecessor. Com o estopim da Guerra da Coreia (1950-1953) e o consequente alinhamento do Brasil com os Estados Unidos, manifestações contra a participação brasileira no conflito foram duramente reprimidas. O PCB, agora clandestino, radicalizou sua postura, o que gerou uma nova onda de perseguições a militantes e trabalhadores. Em Sergipe, as ações do governo estadual contra os comunistas demonstravam a instrumentalização da Guerra Fria como justificativa para eliminar dissidências internas e consolidar o poder político das oligarquias locais.

Diante desse panorama, o presente estudo tem por objetivo analisar criticamente os fatores que levaram Sergipe a seguir um caminho autoritário no imediato pós-Estado Novo, mesmo em um contexto de redemocratização nacional. Parte-se da hipótese de que a dominação política local, controlada por elites reacionárias vinculadas ao PSD, utilizou os aparatos institucionais da nova ordem constitucional para reprimir os movimentos populares e silenciar as vozes dissonantes. Para tanto, a pesquisa se apoia na análise sistemática de fontes primárias produzidas na época, bem como em obras historiográficas que abordam o período e os temas correlatos.

A relevância deste trabalho reside na necessidade urgente de se explicitar e problematizar as formas de negação da democracia e de abuso de poder no interior do Estado brasileiro, com especial atenção ao caso sergipano. Ao lançar luz sobre episódios historicamente silenciados, como o assassinato de Anísio Dário, busca-se contribuir para a reconstrução de uma memória social que reconheça o papel dos trabalhadores e militantes perseguidos na luta por direitos e justiça. Ademais, esta pesquisa visa oferecer elementos que fomentem o engajamento político contemporâneo e o fortalecimento da resistência democrática frente às novas formas de autoritarismo que persistem no cenário atual.

2. Fim do Estado Novo e a disputa partidária entre PSD X UDN

Quando o Golpe de 1937, responsável pela instauração da Ditadura do Estado Novo, completou 6 anos, Vargas se pronunciou a respeito da realização do plebiscito que estava previsto para a data de aniversário do Golpe, segundo a própria Constituição de 1937, e prometeu à população que após o término da 2ª Guerra, num ambiente pacífico e mais propício, seria realizado uma reestruturação política do Brasil.

Com os indícios de que a 2ª Guerra Mundial estava se encaminhando para o fim, o mundo começou a se preparar para enfrentar uma nova fase; na Europa, a reconstrução dos países prejudicados com a guerra; no Brasil, uma nova fase política. Em 1944, o então presidente da república Getúlio Vargas recebeu relatórios dos oficiais brasileiros, que estavam na Europa lutando ao lado do 5º Exército Americano contra as forças do Eixo, contendo duras críticas ao cenário político que o Brasil vivia, a ditadura do Estado Novo, sustentada pelo presidente, pois “os brasileiros tinham se dado conta da anomalia de lutar pela democracia no exterior, enquanto se persistia uma ditadura em seu próprio país” (SKIDMORE, 1982, p.72). Com o grupo dos Aliados unindo dois países ideologicamente rivais, os Estados Unidos (EUA) e a União Soviética (URSS), para lutar contra o avanço do nazifascismo de Hitler e Mussolini, tornava-se ainda mais incongruente a situação brasileira.

No mesmo ano, Vargas se pronunciou novamente e reafirmou à população a sua promessa de que as eleições iriam acontecer, encorajando a escolha dos representantes que iriam concorrer ao pleito. Apesar das promessas do presidente, não se sabia quase nada sobre como seria o processo de redemocratização do Brasil, muitos desconfiavam e levantavam questionamentos acerca da honestidade de Vargas, se perguntavam se não aconteceria novamente o que aconteceu em 1937, o Golpe do Estado Novo. Em clima de esgotamento com o regime autoritário, muitas manifestações eclodiram pelo país. Em 1945, durante o 1º Congresso Brasileiro de Escritores, um grupo de intelectuais fez duras críticas ao autoritarismo de Vargas e exigiam a redemocratização através de eleições diretas, através do voto universal e secreto. Em entrevista concedida por um ex-tenente que havia concorrido para as eleições suspensas de 1937, José Américo de Almeida, foi divulgada as razões pelas quais o político gaúcho não deveria se candidatar às próximas eleições.

Seis dias após a entrevista de José Américo, no dia 28 de fevereiro de 1945, Getúlio Vargas, percebendo que não havia muito que pudesse ser feito e que o poder estava

esvaindo-se de suas mãos, assina o Ato Adicional nº 9, decretando que as datas das eleições seriam estabelecidas dentro de um prazo de três meses

Dentro de noventa dias contados desta data serão fixadas em lei, na forma do art. 180 da Constituição, as datas das eleições para o segundo período presidencial e Governadores dos Estados, assim como das primeiras eleições para o Parlamento e as Assembléias Legislativas. (...) O Presidente eleito tomará posse, trinta dias depois de lhe ser comunicado o resultado da eleição, perante o órgão incumbido de proclamá-lo. O Parlamento instalar-se-á sessenta dias após a sua eleição. (BRASIL, 1945)

Nesse contexto, a oposição, constituída principalmente por liberais constitucionalistas, tratou de escolher o seu representante para concorrer ao pleito presidencial, lançando o brigadeiro Eduardo Gomes, um dos sobreviventes da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, como candidato que seria, mais tarde, apoiado pela União Democrática Nacional (UDN), um partido que se tornou o maior porta-voz oposicionista.

A escolha de Eduardo Gomes pressionou o grupo situacionista na escolha do seu representante, era necessário agir rapidamente. Com isso, no dia 11 de março, Vargas anunciou que não iria concorrer às eleições, dois dias depois era lançada a candidatura do seu Ministro da Guerra, o general Eurico Gaspar Dutra, a quem demonstrou apoio, mesmo que com pouco (ou quase nenhum) entusiasmo. Mesmo assim, Schwarcz e Starling (2018) afirmam que o apoio do presidente

(...) tinha grande utilidade na definição de sua estratégia política: servia bem para dividir as Forças Armadas, reduzia o apoio eleitoral de Eduardo Gomes e desviava o foco de atenção dos adversários da movimentação continuísta desenvolvida pelo Palácio do Catete (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 386)

Dutra, embora pouco carismático, se comparado ao brigadeiro, tinha uma carreira militar bastante consolidada e esteve presente em momentos decisivos, como durante as Revoltas Tenentistas, a Revolta Comunista de 1935 (FIDELIS, 2011) e na elaboração do Golpe de 1937. Apesar da apresentação dos dois candidatos causarem esperança no processo de abertura política, o general Dutra representava, para os oposicionistas, uma continuidade do governo de Vargas e, no limite, uma estratégia arquitetada para o ditador continuar interferindo na política nacional, aumentando cada vez mais as pressões para banir e libertar oficialmente o país dos fragmentos restantes da ditadura varguista.

Tendo como base o contexto acima, o governo anunciou, em princípios de abril, Anistia para todos os presos e exilados políticos, sendo libertado uma das vozes mais imponentes e populares entre a esquerda da época, o líder comunista Luís Carlos Prestes.

De acordo com o prometido pelo Ato Adicional de fevereiro, dentro de 90 dias, em maio, a data das eleições presidenciais foi estabelecida para o final de 1945, em 02 de dezembro. Com a data para as eleições marcadas, as campanhas dos candidatos à presidência ganharam impulso. O general Dutra recebeu o apoio político do Partido Social Democrático (PSD), enquanto o candidato da oposição recebia o respaldo político da UDN.

Em meio às agitações políticas girando em torno do fim da ditadura, cabe ressaltar que, mesmo com o descontentamento de alguns setores com a persistência do Estado Novo, além do grupo pessedista, outras agremiações pró-Vargas se formaram. No final do seu governo ditatorial, Vargas havia se aproximado das classes trabalhadoras em sua política interna, assumindo uma imagem política paternalista para os trabalhadores, que se fortaleceu através das leis trabalhistas, fazendo desabrochar no seio dos trabalhadores intenso sentimento de gratidão e agora era a vez deles de retribuírem prestando gestos de apoio à sua permanência. O expressivo apoio dessa classe ao presidente, se manifestou, ainda no início de 1945, como um efeito contrário ao que estudantes de direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo esperavam. Em princípios de março, os estudantes organizaram, na Praça da Sé, um comício de oposição à permanência de Getúlio Vargas no poder, onde contavam com a adesão da população ao manifesto. Entretanto, para as suas surpresas, a praça foi ocupada por uma multidão de pessoas que ali passavam e que eram adeptas à gestão de Vargas, gerando gritaria e repulsa a atitude dos estudantes. Esses trabalhadores dariam início ao movimento Queremista, um movimento de apoio ao situacionismo e, até mesmo, a permanência de Vargas no poder, com as suas famosas e inflamadas frases “Nós queremos Getúlio!”.

Os Queremistas eram um grupo de trabalhadores para prestar apoio a Getúlio Vargas, em um momento de forte mobilização contrária ao governo do então presidente, que iria se consolidar dentro, principalmente, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sob o apoio do Ministério do Trabalho. O curioso é que parte dos comunistas do Brasil aderiu ao movimento, inclusive o próprio Prestes, que, através da sua popularidade, arrastou para o movimento Queremista muitos membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ao sair do cárcere como anistiado político, Prestes não demorou muito a voltar às suas atividades políticas. No final de maio, com a data das próximas eleições já divulgadas, liderou um comício organizado pelos comunistas no Rio de Janeiro, onde fez declarações que geraram um grande espanto em parte dos membros do partido, o que se mostrou uma estratégia política um tanto quanto estranha, mas bem articulada. Em suas declarações, Prestes declarou abertamente apoio a permanência do situacionismo, acreditando que a aliança do PCB ao governo

varguista poderia garantir liberdade ao Partido Comunista, que vinha sofrendo represália, podendo facilitar a entrada de comunistas na disputa eleitoral. Entretanto, alguns membros do partido viram essa atitude com desgosto, uma vez que o Estado Novo perseguiu e torturou friamente os seus companheiros de luta, muitos foram exilados e, no caso extremo, mortos pelo aparato repressivo do Estado ditatorial. Apoiar o ditador responsável por tais ações não parecia ser a melhor opção para alguns membros do PCB

A linha do seu argumento podia até seguir rente com a orientação de Moscou, que recomendava aos comunistas a aliança com seus governos nacionais desde que, durante a guerra, esses governos estivessem aliados à URSS, como era o caso do Brasil. Mas Prestes também deixou os princípios de lado, apoiou um ditador que havia extraditado sua mulher para a Alemanha nazista, e encarou a chance de aliança com Vargas com excesso de pragmatismo e uma boa dose de oportunismo: os comunistas não eram muitos, o partido sofrera a repressão implacável do Estado Novo, sua força política estava perto de zero, seus membros atuavam na clandestinidade (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 389)

Mesmo assim, o Queremismo continuava avançando com o apoio dos comunistas e das classes trabalhadoras. Em meados de 1945, os Queremistas ganharam maior notoriedade, ampliaram os seus comitês e engajaram vorazmente a sua atividade pró Getúlio, exigindo, inclusive, uma “Constituinte com Getúlio!”.

Quando o prazo da apresentação dos candidatos das campanhas à Presidência da República foi encerrado, a população encarou como não havendo mais dúvidas de que Vargas estaria disposto a entregar a presidência ao seu sucessor que seria legalmente eleito pelo voto. Mais tarde, no final do mês de setembro, o embaixador norte-americano Adolph Augustus Berle Jr. discursou em tom afirmativo a respeito da concretização das eleições no final do mesmo ano, 1945, mas o seu discurso foi interpretado pelos comunistas e queremistas como intervenção norte-americana, acusando os EUA de interferir na decisão do político que eles tanto queriam a sua permanência, Getúlio Vargas. O resultado desse descontentamento foi a organização e realização de um comício no dia 3 de outubro de 1945, pelos queremistas, em frente ao Palácio Guanabara



Fonte: Jornal "Gazeta de Notícias", 04 de outubro de 1945, página 01

Em sua fala aos manifestantes, afirmou novamente que não iria sair como candidato ao pleito presidencial, porém, acrescentou em sua fala que o povo tinha o direito de exigir que uma Assembleia Constituinte fosse realizada

Apesar das minhas atitudes públicas sempre claras, insistem em criar um ambiente de suspeitas e desconfianças, propalando que pretendo dar um golpe para continuar no poder. Perante Deus, que é o supremo juiz da minha consciência, perante o povo brasileiro com o qual tenho deveres indeclináveis, reafirmo que não sou candidato e só desejo presidir eleições dignas de nossa educação política, entregando o Governo ao meu substituto legalmente escolhido pela Nação (GAZETA DE NOTÍCIAS, 04 de outubro de 1945, p. 08)

O discurso de Vargas, em agradecimento à demonstração de apoio vinda do povo, foi recebido pelos que ali se fizeram presentes com aplausos. Entretanto, mesmo com as suas palavras de encorajamento a realização das eleições presidenciais com novos agentes políticos e a sua postura de vítima das acusações dos seus adversários, a atitude de Getúlio Vargas continuava gerando questionamentos sobre a sua verdadeira intenção por trás de sua fala aos queremistas, se a atitude do ditador era uma estratégia para conseguir permanecer no poder com o apoio do povo.

As dúvidas a respeito de Vargas se acentuaram ainda mais quando ele assinou um Decreto que antecipava a data das eleições dos governos municipais e estaduais para o dia 2 de dezembro de 1945, acontecendo simultaneamente às eleições para a presidência, bem

como avisava que os candidatos a cargos do governo deveriam se demitir dos cargos que ocupavam com 30 dias de antecedência. Além do Decreto, Vargas colocou o seu irmão, Benjamin Vargas, no lugar de João Alberto, chefe da polícia do Distrito Federal. O ex-chefe de polícia havia firmado um acordo com o general Góes Monteiro, que consistia em autodemissão no caso de um ou outro serem demitidos, com isso comunicou ao general a sua demissão pelo presidente e substituição por Benjamin Vargas. Essas mudanças repentinas nas normas eleitorais aumentaram significativamente as suspeitas, por parte das Forças Armadas, em cima da postura enigmática de Getúlio Vargas, bem como no seio da UDN que saiu em protesto contra as medidas tomadas de última hora pelo presidente.

O então Ministro da Guerra Góes Monteiro, que não estava disposto a renunciar ao cargo, mobilizou dentro dos oficiais apoio à articulação de um golpe para evitar outro, pois acreditava que o ditador não iria renunciar ao poder facilmente. Getúlio Vargas recebeu no dia 29 de outubro uma intimação avisando que se ele não retirasse a nomeação do seu irmão no cargo de Chefe de Polícia do Distrito Federal, os militares estavam preparados para destituí-lo da presidência. Vargas, porém, não acreditava que as Forças Armadas lhe dariam um golpe, mas logo percebeu que os militares, liderados por Góes Monteiro, estavam dispostos a ir adiante com a sua deposição. No mesmo dia, à noite, Vargas recebeu o general Oswaldo Cordeiro de Farias que lhe deu a notícia. O presidente havia sido deposto.



Fonte: Jornal “Correio da Manhã”, 30 de outubro de 1945, página 01

Apesar dos seus esforços, o movimento Queremista não conseguiu se sustentar e atingir seu êxito, havia forças muito maiores, provenientes das classes dominantes. O receio do povo, que havia ficado muito tempo longe das atividades políticas, era, com a saída de Vargas do poder, retroceder aos tempos em que somente os interesses dominantes prevalecesse, mas “sozinho, com um ideário restrito e no formato de um organismo espontâneo do povo recém-admitido na cena política, o movimento não sustentava um projeto político” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 391).

Com o fim dos 15 anos da Era Vargas, o ex-presidente publicou o seu último comunicado, nele demonstrava ter aceitado a sua deposição e afirmava não desejar o mal àqueles que lhe tiraram da Presidência da República, as Forças Armadas, adjetivada de “gloriosas”. A importância da queda de Getúlio Vargas seria compreendida mais tarde, nos anos 50 quando ele retorna ao Poder Executivo pela via democrática, pois

O ditador foi deposto do cargo, não pelo poder da oposição civil, mas por decisão do Alto Comando do Exército. Não era, portanto, uma vitória conquistada pela influência política dos constitucionalistas liberais. Era, antes, um ato de força por parte dos generais (SKIDMORE, 1982, p. 78)

A partir da derrubada da ditadura varguista, a cadeira da Presidência da República foi ocupada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), José Linhares, para a continuidade e término do calendário eleitoral até que o novo sucessor do Poder Executivo Federal assumisse. Restava agora a organização e fortalecimento dos partidos políticos para firmar o retorno da democracia dentro de uma nova ordem institucional.

Com o declínio da ditadura de Vargas, o sistema político nacional ainda no início de 1945 encontrava-se em fase de mudanças. O anseio pela realização de uma Assembleia Constituinte crescia, uma vez que era preciso substituir a Carta de 1937 por uma nova, que representasse os interesses e moções da sociedade em torno da nova Ordem Institucional, como também se fez necessária a organização partidária, já que a data das eleições daquele ano seria divulgada num prazo de 90 dias, conforme o Ato Adicional nº 9, assinado por Getúlio Vargas no início do ano.

É nesse contexto que irão surgir dois novos partidos que viriam a disputar lado a lado as eleições na esfera nacional e estadual, como foi no caso de Sergipe, sendo um deles do grupo situacionista, o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN), do grupo oposicionista. A verdade é que os dois partidos apresentaram semelhanças na composição dos seus quadros político-administrativos, pois os dois traziam consigo membros que figuravam, no quesito de influência e vivência política, desde a Primeira República, reproduzindo características antigas como, por exemplo, a sua grande capacidade de realizar coligações que lhes trouxesse benefícios, fazendo com que ganhassem grande projeção política.

O PSD figurava o grupo que o historiador brasileiro Thomas Skidmore (1982), dos “de dentro”, juntamente com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ambos formados sob incentivo de Vargas, mas com propostas diferentes, vez que o PTB foi abraçado pelos trabalhadores, enquanto a composição do PSD pode ser considerada elitista, já que nela estavam os proprietários de terras, industriais, banqueiros, empresários que apoiavam o

movimento do Estado em relação ao projeto industrializante do Brasil, pois acreditavam ser um impulso economicamente positivo, como também se faziam presentes os funcionários públicos e políticos mais identificados com uma linha política mais tradicional, semelhante a do tempo das oligarquias.

Em Sergipe, assim como no âmbito nacional, o PSD foi o primeiro partido a se organizar, sendo articulado pelo interventor Augusto Maynard Gomes, um coronel que teve grande destaque durante as Revoluções Tenentistas e que havia se tornado interventor do Estado em 1930. Maynard organizou o Diretório Estadual do PSD em torno da sua base político-administrativa, como também contou com novos nomes que ingressaram ao seu grupo durante o Estado Novo, chamando a atenção para uma família tradicional, que como ressalta o historiador sergipano Ibarê Dantas (1989) “as novidades dessa última fase, está a ascensão dos irmãos Leite: Francisco Leite Neto, José Rolemberg Leite e Gonçalo Rolemberg Leite” (DANTAS, 1989, p. 158), inclusive Francisco Leite Neto e Gonçalo Rolemberg Leite faziam parte do núcleo do Diretório do PSD/SE, onde o primeiro ocupava o cargo de secretário. O PSD era um partido que conhecia a importância de formar uma cadeia de apoio político que garantisse a sua permanência no poder, bem característico do situacionismo federal, buscando um amplo eleitorado nos municípios para eleger os seus prefeitos, visando a influência desses prefeitos sobre a população para garantir a eleição dos governantes estaduais, o que mostrava, assim, a sua forma de agir semelhante ao que acontecia com a Política dos Governadores durante a Primeira República.

A UDN, o partido que agregava “os de fora” (SKIDMORE, 1982), nasceu de um movimento elaborado, principalmente, pelos constitucionalistas liberais cujo objetivo central era a formação de uma frente nacional unida de oposição a Getúlio Vargas. O seu líder era um jornalista antigetulista e ultraconservador, Carlos Lacerda, que posteriormente, na década de 50, continuaria a sua luta contra o Governo Vargas através do seu jornal “*Tribuna da Imprensa*”. O perfil da UDN pode ser considerado como um partido fomentador de intrigas, que usou da sua aversão à política varguista para aglutinar outros grupos políticos ao partido, sendo assim dentro da UDN estava o apoio das elites regionais, dos liberais e, até mesmo, setores socialistas, que eram minoria, facilitando a predominância da atuação política e poder de decisão das altas camadas da sociedade.

Em Sergipe, a UDN encontrou certa dificuldade em organizar o seu Diretório, Dantas (1989) entende essa dificuldade por razões econômicas, já que um dos seus principais líderes, Leandro Maynard Maciel, estaria procurando um financiamento de empresários para custear as ações do partido. Diferentemente do PSD, um partido estruturado, a UDN só conseguiu

realizar a sua convenção em outubro de 1945, sendo a notícia publicada pelo veículo de imprensa do partido, o *Correio de Aracaju*, que anunciou a reunião no dia 15 de outubro de 1945

A's 20 horas de hoje, a União Democratica Nacional, Secção de Sergipe, reunir-se-á em sua sede para escolher a Comissão Executiva e o Conselho, órgãos integrantes do Diretorio Estadual

ANO XXXIX—NÚMERO 4028

ARACAJU — Segunda-feira, 15 de Outubro de 1945

CORREIO DE ARACAJU

REDAÇÃO E OFICINAS
Avenida Rio Branco, 54

O diário mais antigo do Estado
Direção de LUIZ GARCIA

End. Telefónico — 1-9-4
End. Teleg. — "CORREIO"

NOVO GABINETE NA ARGENTINA

BUENOS AIRES, 15. (United Press) — Sob o pretexto de boas intenções que a Suprema Corte acatou a indicação de Juan Alvarez, procurador geral da República, para organizar o novo gabinete argentino que presidirá as eleições, Alvarez visitou hoje a Suprema Corte tendo informado de antemão ao presidente da mesma, Roberto Castillo, que a tarefa seria facilitada por todos os meios. Alvarez declarou que responderá a Avalos nos primeiros

ros dias da semana porem, principalmente, precisa encontrar cinco pessoas que o acompanhem nas funções governistas. Essas pessoas além de serem capazes devem ter identidade de propósitos a respeito da solução dos problemas. Completada a lista do novo Gabinete a mesma será submetida à aprovação de Castillo. Castillo bem informado disse que esperam-se eleições integradas de antemão ao presidente da o gabinete, desde já que fazem declarações ou juram vigiar o curso cumprimento das leis que os meios. Alvarez declarou que assegurar eleições livres para o triunfo da opinião democrática.

Fonte: Jornal “Correio de Aracaju”, 15 de outubro de 1945, página 01

No dia posterior, 16 de outubro de 1945, o mesmo jornal anunciava os acontecimentos da noite passada em que ocorreu a reunião de composição do Diretório Estadual, sendo possível perceber a tentativa de convencimento dos udenistas de Sergipe, ao apelar para grandes e honrosas menções a democracia estadual e nacional, em se colocarem como guardiões dela, quase que numa promessa de fazer retornar ao cenário político a democracia que havia sido roubada pelo Estado Novo

A UDN tinha o costume de defender a democracia enquanto cozinhava em banho-maria o golpe de Estado, seus membros eram incapazes de ir além de uma visão estritamente moral da vida pública e valorizavam ao extremo o comportamento pessoal de quem ocupava o poder. O partido dispunha de um bom número de oradores competentes e radicais e afinadíssimos entre si – a Banda de Música, como o grupo parlamentar ficou conhecido –, e capaz de se organizar de maneira a não deixar passar um dia sem atazanar a vida dos adversários (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 392)

Essa aspiração ficou clara no relato feito pelo *Correio de Aracaju*, na 1ª página, da fala de Luiz Garcia — que inclusive era o diretor do jornal e fazia parte da Comissão Executiva da UDN, em Sergipe — que afirmava a falta de capacidade dos governos de ouvirem o que vem do povo e reconhecer os seus pedidos, por causa de atitudes como essa, era que os udenistas estavam se opondo, “para salvar a nossa dignidade de homens livres” (CORREIO DE ARACAJU, 16 de outubro de 1945, p. 01).

Além dos acontecimentos durante a reunião de formação do Diretório Estadual, o mesmo órgão se preocupou em divulgar uma declaração assinada por 64 habitantes do município de Carira, a qual denunciava a intervenção do Governo do Estado de Sergipe ao proibir a realização de um comício, previsto para o dia 10 de outubro de 1945, em apoio ao

brigadeiro Eduardo Gomes, candidato da UDN em esfera nacional, acusando o interventor Maynard de totalitário e fascista por não respeitar o direito dos udenistas de realizarem o comício, impedindo-os. Alegava, ainda, o mesmo veículo de notícias, que os membros atrelados ao partido oposicionista sofriam perseguição, eram presos e espancados sem justa causa por partidários do PSD, que não se conformaram com a quantidade de sua parcela de eleitores. Com base nessas informações e na postura extraída do diretor do *Correio de Aracaju*, percebe-se que a disputa partidária entre udenistas e pessedistas se estendia para além do âmbito nacional, refletindo na política estadual também.

Com as disputas entre os partidos se tornando cada vez mais expressivas, as coligações receberam grande destaque na tentativa de ampliação do eleitorado dentro do sistema político quase que totalmente polarizado.

Neste sentido, outro partido importante foi o Partido Republicano (PR), que era presidido nacionalmente por Arthur Bernardes e, em Sergipe, pelo industrial Júlio Cesar Leite. O PSD e o PR tinham tendências consideradas mais inclinadas à classe dominante, como também eram marcados pelo nepotismo, já que eram partidos muito fechados nos laços familiares. Em contrapartida, também figuravam entre as agremiações dos “de dentro” o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), atrelados aos interesses mais populares.

Os comunistas no pós-guerra receberam a orientação de se aliarem ao governo central, se este tivesse lutado com os Aliados durante a 2ª Guerra Mundial, ocasionando num apoio de parcelas dentro do PCB a Vargas. Em Sergipe, a visita de um participante do Levante Comunista de 1935, o Capitão Agliberto Vieira de Azevedo, marcou o início da consolidação do partido. Noticiada pelo *Sergipe Jornal*, na sua edição do dia 10 de julho de 1945, a visita e participação de Agliberto Vieira, acompanhado do advogado Carlos Garcia na sede do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem e na sede do Sindicato dos Estivadores, encontrou grande receptividade, onde falou da importância de seguir a recomendação de união nacional, sendo ouvido com grande ânimo entre os trabalhadores. O partido se organizou formalmente em agosto, no Cineteatro Rio Branco, sede do seu Diretório Estadual e angariou o apoio dos trabalhadores urbanos em relação a Vargas.

No que se refere ao PTB em Sergipe, as suas organizações se iniciaram no segundo semestre, em setembro, tendo o seu Comitê composto por figuras que não apresentavam ter um histórico de luta em benefício dos trabalhadores, diferentemente do PCB, trazendo sentido a afirmação “o PTB não foi concebido para ser um partido *dos* trabalhadores, mas

era, sem dúvida, um partido criado *para* os trabalhadores” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 393). Mesmo assim, ainda era um partido composto pelo situacionismo, pronto para prestar apoio e realizar alianças para garantir a permanência do seu grupo no poder, que começou a ganhar forma sob a liderança de Francisco de Araujo Macedo, proprietário rural e jornalista, que contribuiu para a adesão e apoio dos trabalhadores.

Devido às investidas constantes da oposição, concentrada na UDN, o movimento Queremista ganhou força e chegou em Sergipe na metade do ano de 1945, tentando desbancar os comícios realizados pela oposição. A UDN se utilizando cada vez mais da imprensa, publicou no *Correio de Aracaju*, em 20 de agosto de 1945, que no final do comício realizado na praça do Mercado Municipal de Neópolis, o prefeito da cidade, Braulio Aguiar chefiou e “causou revolta geral na cidade o gesto grosseiro e covarde dos continuístas que visavam um conflito, tão somente evitado pela calma dos udenistas” (CORREIO DE ARACAJU, 20 de agosto de 1945, p. 01) e concluiu convicta de que o seu candidato, Eduardo Gomes, sairia vitorioso nas urnas presidenciais.

Em razão da popularidade do movimento Queremista e da popularidade de Vargas entre as classes trabalhadoras, a UDN buscou se aproximar das Forças Armadas, fomentando a intervenção do Exército na deposição do ditador. Essa ação dos udenistas provinha dos insistentes apelos feitos pelo exilado político Armando Sales Oliveira, que havia sido candidato da oposição para as eleições presidenciais previstas para 1938, antes de Vargas instaurar o Estado Novo. Sales Oliveira acreditava que o Exército seria a única força que conseguiria depor o presidente, entendendo a sua influência entre os políticos brasileiros. A UDN acolheu esse discurso e se aproveitaram que parte dos oficiais do Exército provinham da classe média — ou seja, havia uma identificação de classe, já que a maioria dos membros udenistas também vinham dessa camada classista — e buscaram incentivar cada vez mais a intervenção dos militares, visando garantir a sua vitória nas urnas. O partido oposicionista encaminhou insistentemente, aos oficiais, reclamações e acusações dos grupos situacionistas, alegando que as suas ações, principalmente dentro do movimento Queremista, tinham inclinações antidemocráticas para favorecer o continuísmo. No final de outubro, Vargas foi deposto.

Com a deposição de Vargas, aumentavam cada vez mais as tensões partidárias já existentes entre os partidos. A UDN, que contava com amplo apoio da classe média e dos proprietários rurais, se considerava desde o início vitoriosa. O PSD, porém, demonstrava preocupação na falta de popularidade do General Dutra, que não buscava despertar entre os eleitores o entusiasmo com a sua candidatura, levando os seus partidários a cogitarem retirar

a sua candidatura, o que não ocorreu. Apesar disso, uma falha vinda do candidato udenista favoreceu a campanha do seu opositor.

Faltando poucas semanas para as eleições de dezembro de 1945, durante um comício realizado no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, Eduardo Gomes falou que dispensava o voto dos getulistas, os quais chamou de “malta de desocupados”. As palavras do Brigadeiro foram suficientes para os seus opositores quereristas levarem a público, através do rádio, o que foi dito pelo candidato da UDN e acrescentou que os desocupados a quem se referia eram “marmiteiros”, fazendo associação com os trabalhadores que levavam as suas refeições em marmitas. A reação à fala de Eduardo Gomes tomou forma e durante os comícios do PTB, os trabalhadores e eleitores levaram consigo as suas marmitas e se autodeclararam opositores daquele que dizia não precisar dos seus votos.

Para complementar a situação desfavorável da UDN, Vargas, mesmo não ocupando mais a cadeira presidencial do Executivo, ainda contava com o apreço de significativa parcela da população brasileira e quando se pronunciou declarando apoio a Dutra, conseguiu arrastar eleitores para o candidato do PSD, ocasionando na vitória do general Eurico Gaspar Dutra.

Apesar de sair derrotada do pleito presidencial, a UDN realizou uma coligação com o PR, e conseguiram eleger juntos, em Sergipe, dois candidatos para o Senado, Walter do Prado Franco (UDN) e Durval Rodrigues da Cruz (PR); Leandro Maynard Maciel (UDN), Armando Fontes (PR) e Heribaldo Dantas Vieira (UDN) para a Câmara dos Deputados. Enquanto o PSD, apesar de vitorioso nas urnas presidenciais, não elegeu nenhum de seus membros para o Senado e apenas dois candidatos para a Câmara dos Deputados: Francisco Leite Neto (PSD) e Mauricio Graco Cardoso (PSD), ou seja, menos que a UDN. Apesar das eleições terem passado, a disputa entre os dois grupos inimigos não havia igualmente passado.

Com o fim das eleições de 1945, os partidários começaram a se preocupar com os candidatos que iriam concorrer às eleições estaduais de 1947. No final do ano de 1946, o udenista Leandro Maciel sugeriu que fosse escolhido “um candidato único, através de ‘um homem apolítico’” (DANTAS, 1989, p. 169). Após isso, aconteceram duas reuniões no Palácio do Governo, onde ficou estabelecido que o candidato deveria ser escolhido com base em um programa de pontos mínimos. A proposta do candidato único escolhido através do sistema de pontos, não deu certo e serviu para que as diferenças entre os outros partidos se acentuaram mais e mais.

É nesse contexto que surge uma nova aliança partidária, a coligação PSD-PR, liderados por dois homens que não sentiam simpatia um pelo outro, Francisco Leite Neto (PSD) e Júlio César Leite (PR), eles, porém, tinham não somente o sobrenome como um elo

em comum, mas também um homem político em comum: José Rollemberg Leite, que fez a inimizade entre os dois ser arquivada.

Por sua vez, a UDN recebeu apoio do PTB e do PCB, de quem era inimiga em 1945. Esse apoio se deu em razão do líder comunista Luís Carlos Prestes ter sido condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional, com o auxílio de Maynard, candidato ao Senado pelo PSD-PR, como também devido ao perfil conservador e tradicional da aliança PSD-PR. Prestes ordenou, então, os comunistas sergipanos a apoiarem as candidaturas da UDN.

A união entre os comunistas e udenistas gerou estranhamento público, devido ao histórico dos dois partidos, mas, mais do que estranhamento, gerou também uma forte campanha de oposição organizada pela Liga Eleitoral Católica (LEC). A LEC era uma ala hiperconservadora dentro da Igreja Católica, conhecida pelo seu ferrenho discurso anticomunista. Em protesto, uma vez que os udenistas ao se coligarem com o PCB preferiram “ficar com o comunismo a ficar com a Igreja”, advertiu aos fiéis católicos proibindo-os a não votarem na coligação UDN-PCB, declarando apoio à candidatura de José Rollemberg Leite (PSD/SE). A aliança do PSD, um partido situacionista que elegeu o presidente da República, com o PR, sendo incentivada com o auxílio de uma campanha moralista por parte da LEC, elegeu o engenheiro e professor José Rollemberg Leite.

3. Início da Guerra Fria e o governo de José Rollemberg Leite: o “cidadão de bem” autoritário

Com a vitória dos Aliados, contra os países do Eixo, o mundo viu emergir dois países como as superpotências, os Estados Unidos (EUA) e a União Soviética (URSS), figurando a ascensão do Bloco Capitalista e do Bloco Socialista. Esses dois países que outrora, durante o conflito bélico iniciado em 1939, haviam sido aliados, tiveram no pós-guerra as suas diferenças de volta ao cenário político-econômico, vez que, naquele contexto, não havia mais um inimigo em comum aos dois países, como durante a 2ª Guerra com a presença da força totalitária do nazifascismo, fazendo com que as antigas desavenças — que nunca deixaram de existir — retornassem às suas origens conflituosas.

Com a morte de Roosevelt em abril de 1945, a presidência dos EUA passou para Harry S. Truman, um político sem experiência internacional. Essa mudança teve grande impacto na política externa americana, pois Truman adotou uma postura mais firme em relação à URSS, influenciado por assessores defensores de maior rigidez. Nesse contexto, os Estados Unidos, com receio de “uma possível virada na balança de poder” (STEPHAN, 2016, p. 540), passaram a enxergar a União Soviética como uma potência oportunista, guiada por uma ideologia expansionista e autoritária, levando os EUA a buscarem métodos de barreira em todo o continente americano, visando influenciar os países vizinhos. Essa visão foi reforçada pelo “longo telegrama” de George Kennan, enviado de Moscou em fevereiro de 1946, no qual defendia uma estratégia de contenção da influência soviética diante da suposta hostilidade irreconciliável da URSS ao capitalismo. A famosa Doutrina de Segurança Nacional de Contenção (DSNC), conhecida também como Doutrina Truman, de caráter autoritário e intervencionista, foi a estratégia política mais utilizada pelos Estados Unidos para conter o avanço do comunismo e “proteger” o país e as nações aliadas dos seus líderes subversivos. Sob essa ótica, Truman estende a política de contenção ao território latino-americano, sendo assinado o Tratado Interamericano de Ajuda Recíproca (TIAR), em setembro de 1947. Esse tratado funcionava como uma espécie de mecanismo de defesa continental, estabelecendo que se algum país americano fosse alvo de um ataque armado, todas as outras nações do continente iriam reagir de forma coletiva na elaboração de um contra-ataque.

A aprovação do Tiar e, posteriormente, a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) constituíram-se em importantes instrumentos de hegemonia estadunidense no continente americano. Do peso econômico, militar e político dos Estados Unidos deriva força suficiente para impor as suas decisões ao continente,

valendo-se das instâncias decisórias então criadas e, dessa forma, conferindo à implementação da política externa norte-americana a aparência de um objetivo comum (MUNHOZ, 2003, p. 2)

Essa bipolarização entre os dois blocos desenvolveu uma “retórica maniqueísta capitalismo-comunismo e democracia-autocracia, presente em todas as esferas da política nacional e internacional, serviu de apoio à estratégia de contenção” (STEPHAN, 2016, p. 546).

Diante do cenário internacional, os Estados Unidos tinham um enorme interesse no maior país da América Latina, o Brasil. Portanto, a sua preocupação com a adesão do discurso e de medidas anticomunista no território brasileiro era urgente. Entretanto, a sua preocupação com o Brasil ser influenciado pelos ideais comunistas apesar de válida, já que o Partido Comunista Brasileiro consagrava-se como o maior Partido Comunista latino-americano, foi, também, exagerada, visto que quem havia assumido a presidência da República era um general bastante avesso aos seus compatriotas vermelhos e bastante submisso ao “Grande Irmão do Norte”, permitindo que os EUA ganhasse cada vez mais influência sobre o Brasil, que “aparentemente, mais respeito perdia. Assim, quando os EUA perceberam uma ação de aliado quase incondicional, do Brasil, passaram a ceder muito menos as reivindicações do país” (MUNHOZ, 2002, p. 47).

O anticomunismo de Dutra era bastante visível, se tornando mais expressivo através do alinhamento político com os EUA. As ações do então presidente do Brasil foram se radicalizando cada vez mais, Dutra suprimiu o direito dos trabalhadores de se organizarem em movimentos grevistas, exonerou funcionários públicos ligados a legenda comunista, suspendeu as atividades da Juventude Comunista e cassou o registro do PCB no dia 7 de maio de 1947, em uma votação de três votos a dois, o PCB teve sua legenda cassada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), colocando as atividades do partido na ilegalidade por ser acusado, pelos mais conservadores, de ser um partido estrangeiro, conforme sublinha o historiador Alves (2009)

Desde a sua fundação o Partido buscou estreitar laços com a Internacional Comunista, pois tinha como perspectiva, adotar e receber orientações internacionalistas. Essa aspiração internacional causara temor e desconfiança nos setores conservadores brasileiros, pois para esses campos o PCB era um inimigo da pátria (ALVES, 2009, p. 1).

A sua ilegalidade está associada diretamente ao contexto internacional, a Guerra Fria, com a ideologia anticomunista propagada pelo Bloco Capitalista cada vez mais acentuada. Diante disso, o PCB se reorganizou, abandonando a proposta de União Nacional, reagindo com uma “radicalização revolucionária” (REIS, 2002, p. 76). Nos manifestos de janeiro e de

agosto, o partido radicalizou a sua postura frente ao governo Dutra, quando “a tática política do PCB irá se enrijecendo, tornando-se cada vez mais estreita, sectária e voluntarista, como pode ser observável nos dois manifestos” (SEGATTO, 1981 *apud* ALVES, 2009, p. 8). Considerados inimigos da pátria, a versão dos comunistas sobre o governo brasileiro também se valeu do mesmo adjetivo, colocando Dutra como uma marionete do imperialismo norte-americano, devido à sua submissão à política externa dos EUA.

No contexto sergipano, eleito pela coligação PSD-PR nas eleições de janeiro de 1947, para governador, o governo de José Rollemberg Leite foi marcado pelo avanço do Estado de Sergipe nas áreas de Estrutura e Desenvolvimento e, principalmente, na área da Educação. Por outro lado, durante o seu governo o mundo vivenciava a Guerra Fria, na qual as relações com as militâncias de esquerda se acirraram, refletindo tanto na política nacional do Brasil, quanto nas esferas estaduais, sendo, também, Sergipe palco desses acontecimentos durante a 1ª gestão de José Rollemberg Leite.

Vindo de uma família tradicional do interior de Sergipe, do município de Riachuelo, José Rollemberg Leite nasceu no ano de 1912, filho de Sílvio Cezar Leite, médico, com Lourença Rollemberg Leite, sendo ainda bisneto do Barão de Estância, evidenciando a sua tradicional linhagem familiar que remonta ainda aos tempos do Império brasileiro. Engenheiro Civil e de Minas, estudou na Escola de Ouro Preto em Minas Gerais (MG) e tornou-se professor, lecionando no Atheneu Sergipense. Durante o segundo governo de Augusto Maynard, José Rollemberg Leite dirigiu o Departamento de Educação e Obras, conseguindo o cargo por intermédio de Francisco Leite Neto, seu irmão, que era Secretário Geral do governo na época. Filiou-se na década de 1940 ao recém-criado PSD, partido pelo qual dois anos depois foi sufragado.

Durante o seu primeiro mandato (1947-1951), o Estado de Sergipe experimentou um processo de melhorias em alguns setores. O serviço de água e luz recebeu significativa melhoria, bem como, e principalmente, a ampliação da educação nas áreas rurais, sendo um ponto de destaque do seu governo, onde implantou mais de 210 escolas rurais espalhadas pelos municípios sergipanos, além das que deixou em fase de construção no final do seu mandato. Com o crescimento do setor educacional no Estado, também buscou formar mais professores, para, devido a grande quantidade de escolas, conseguir suprir a necessidade. O projeto das Escolas Rurais foi realizado com o auxílio financeiro do Governo Federal. Ainda na área da educação, criou as faculdades de química e de economia no Estado. As melhorias chegaram também ao setor rodoviário, que foi ampliado em mais de 206 km (DANTAS, 2022, p. 147).

O seu governo também foi marcado pelo endurecimento das relações entre o governo e as classes populares, as quais ele “revelou-se pouco tolerante” (DANTAS, 2022, p. 147). Com o crescimento do PCB, a sua influência chegou em Sergipe e se espalhou por alguns dos municípios sergipanos, concentrando-se em Aracaju, com maior número de adeptos. Com a eleição do deputado estadual Armando Domingues (PCB) e do vereador Carlos Garcia (PCB), os movimentos dos operários e outros setores da classe trabalhadora estavam agora representados dentro das Casas de Poder do Estado, tendo os seus interesses levados e apresentados diretamente por membros do partido.

Apesar dos momentos de “glória” que os comunistas estavam desfrutando, logo se viram dentro de uma “caçada vermelha” novamente. Com a suspensão do registro do PCB, seus membros foram alvo de grande repressão, articulada pelo retorno do anticomunismo que rondava a política brasileira, devido ao alinhamento político com os EUA, em razão dos acontecimentos da Guerra Fria. O governo passou a intervir diretamente dentro das organizações dos trabalhadores e membros do partido, como os sindicatos, a imprensa e, até mesmo, a sede do partido.

A repressão aos comunistas desencadeou uma onda de manifestações que tomaram as ruas, sobretudo as da capital sergipana. No mesmo ano, 1947, o parlamentar Armando Domingues, juntamente com Carlos Garcia e outros partidários, organizaram um comício em frente à sede do partido, para protestar contra a ilegalidade do PCB, culminando na morte do operário Anísio Dário, morto pela ação repressiva do Estado.

Eleito por uma coligação conservadora e apoiado sob a campanha anticomunista organizada pela LEC, o governador de Sergipe não fazia questão de esconder a sua intolerância aos movimentos populares, os quais ele considerava subversivos, perturbadores da ordem. A falta de empenho em parecer um homem plenamente democrático aos seus opositores de esquerda, se fez ainda mais clara nas Mensagens anuais que apresentava na Assembleia Legislativa, as quais traziam um balanceamento da sua gestão a cada ano. No tocante a Segurança Pública, sempre fazia questão de honrar as ações da Polícia Militar em relação aos grupos “subversivos”, em conjunto com o Departamento de Segurança Pública.

Na sua primeira Mensagem à Assembleia Legislativa, na sessão de abertura de 1948, quando se referia a segurança do Estado, fez menção à decisão do TSE em colocar o PCB na ilegalidade

Com o fechamento do Partido Comunista do Brasil, por força da patriótica decisão do Egrégio Superior Tribunal Eleitoral, o Departamento de Segurança, em estrita atividade para que se desse em nosso Estado pronto cumprimento ao “Acórdão” daquela alta Côrte de Justiça. Felizmente, tudo foi feito dentro da maior ordem e

assim, vem acontecendo, na repressão que se tem feito ao totalitarismo da esquerda, em defesa de nossas instituições democráticas e cristãs (Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa Estadual por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1948 pelo Dr. José Rollemberg Leite, governador do Estado de Sergipe, 01 de março de 1948).

A frase “na repressão que se tem feito ao totalitarismo da esquerda” se mostra irônica, uma vez que a represália sofrida pelos membros e simpatizantes do partido foi feita em nome da “democracia”, mas aqui nos cabe a seguinte indagação: qual democracia ele estava falando? Afinal, que democracia era aquela que não permitia que o outro exercesse as suas atividades, ainda que essas estivessem submetidas à lei? É necessário compreender que quando o partido foi posto na ilegalidade, o discurso que embasou a decisão do TSE foi puramente enraizado no tradicionalismo e intolerância do presidente Dutra alinhado aos interesses norte-americanos, visto que o desenvolvimento das atividades do PCB acontecia enquanto ele ainda estava legal, sob um regime democrático, com os seus membros sido anistiados em 1945. Percebe-se, ainda, a menção as instituições cristãs, demonstrando a religiosidade como arma poderosa no discurso do então governador para desenvolver, na sociedade sergipana, o pânico e a aversão aos comunistas, sob a influência da LEC, que difundia, incansavelmente, a propaganda anticomunista.

Na Mensagem do ano seguinte, 1949, o ex-governador tornou a mencionar as medidas de proteção contra o avanço da ideologia comunista

A atitude política da nação, reprimindo os extremismos, na defesa do regime democrático, forçou a criação de órgãos de segurança. Era uma necessidade a manutenção da ordem pública vigente. A ação defensiva do Estado, mantendo o sistema constitucional, deu margem à criação da Secretaria de Segurança Pública. Os serviços de polícia, em atividade defensiva, agiram no propósito de respeitar e garantir a Constituição, mantendo a paz social e política, reprimindo a ação subversiva dos indivíduos e dos grupos vítimas de doutrinas estranhas. Assim, felizmente, em Sergipe, está pouco produtivo o esforço dos ativistas totalitários (Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa Estadual por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1949 pelo Dr. José Rollemberg Leite, governador do Estado de Sergipe, 02 de março de 1949).

Os esforços em tornar as arbitrariedades do seu governo convincentes, sob o véu da atitude democrática e paternalista de proteger os filhos de sua terra do terror comunista, se fizeram cada vez mais presentes em sua gestão a cada dia que passava. As palavras vindas de um homem sério, comprometido com a sua função de autoridade máxima do Estado, chegariam aos ouvidos do povo sergipano — aos que não conheciam a dura realidade que viviam os opositores de esquerda — como um “Viva!” àquele que tanto fez pelo povo de sua terra. Na mesma fala, o próprio José Rollemberg Leite afirmou, convicto, que, com as suas ações para proteger Sergipe do inimigo totalitário, “O Estado viveu (...) um clima de confiança existindo cordialidade compreensiva entre governantes e governados”,

acrescentando que “Jamais alguém sofreu por divergir do Gôverno” (Mensagem, 02/03/1949). Essas afirmações se contrapõem integralmente com o que vinha acontecendo durante o seu governo com as classes populares e, também, com qualquer pessoa identificada com elas e com os seus ideais.

Apesar do cenário repressivo, os comunistas continuaram atuando na clandestinidade com o apoio de integrantes de outros partidos que simpatizassem ou tivessem similaridades, como foi o caso da Esquerda Democrática, posteriormente transformada no Partido Socialista, que através do seu veículo de notícias, a *Gazeta Socialista*, dirigido por Orlando Dantas (ED), denunciava, mesmo com pouca projeção e receptividade, o autoritarismo daqueles que pertenciam a classe dominante nas zonas rurais do Estado. Além da ED, muitos partidários do PCB migraram para o PTB, sob a liderança, em Sergipe, de Francisco de Araujo Macedo, que conseguiu alcançar muitos trabalhadores.

Embora com os partidos políticos os Estados passassem a ter maior autonomia para deliberar sobre os seus próprios projetos políticos, diferentemente do que acontecia durante a Primeira República, nem por isso as ações desenvolvidas nos interiores do Brasil passavam despercebidas pelo Governo Central. No caso de Sergipe, o governador José Rollemberg Leite estabeleceu uma política alinhada com o governo Dutra, o qual fazia, frequentemente em suas falas, agradecimentos por ajudar no desenvolvimento dos Estados mais pobres, como também fazendo-lhe elogios pelo seu “federalismo ativo”:

Convém destacar a ação do Gôverno junto ao Executivo Federal. No sistema federativo, a entrosagem dos poderes da União e do Estado para a colaboração e o federalismo ativo, é profundamente benéfica ao país. Destaco o alto interêsse do General Presidente da Nação, em procurar solucionar os maiores problemas do Estado, num real congraçamento administrativo (Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa Estadual por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1949 pelo Dr. José Rollemberg Leite, governador do Estado de Sergipe, 02 de março de 1949).

Esse estreitamento das relações com o Presidente da República, a conjuntura nacional e a política externa do Brasil, nos leva crer no respaldo federal que o governo de Sergipe recebeu para reprimir as atividades dos comunistas. A insistência e necessidade de José Rollemberg Leite de explicar que as medidas contra os grupos populares foram tomadas com o objetivo de salvaguardar a democracia do totalitarismo, para manter a ordem e as instituições cristãs, nos revela uma série de elementos utilizados no seu discurso para forjar uma imagem sua, e conseqüentemente do seu governo, de defensor assíduo dos direitos e proteção do povo sergipano.

Mostrava-se muito conveniente falar sobre democracia quando o Brasil acabava sair de uma ditadura; adjetivar os comunistas e as classes populares de totalitários quando o

mundo havia passado por uma guerra monstruosa, em razão do totalitarismo de Hitler e Mussolini; se utilizar do discurso religioso para justificar as suas ações perversas “em nome de Deus” e, assim, construir a sua imagem como um homem justo.

4. Anísio Dário: mártir para uns, subversivo para outros

Anísio Dário Andrade foi um homem negro, sergipano de origem humilde, casado e pai de família numerosa. Era operário na área da construção civil, na qual trabalhava como carpinteiro. Assim como tantos outros, Anísio se importava com a causa operária, era sindicalista e militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no ano que se esboçava uma das fases mais violentas da política em relação aos comunistas. Infelizmente, devido à escassez de fontes, pouco se sabe sobre a sua vida e atuação política. Numa triste noite de sábado, no final de 1947, foi vítima fatal da ação autoritária da Polícia Militar de Sergipe, autorizada pelo governador José Rollemberg Leite, deixando para trás os seus doze filhos e a sua esposa, que estava grávida.

Com as intervenções feitas por parte dos governos central e estaduais dentro do Partido Comunista, as perseguições e espancamentos aos seus membros e simpatizantes, a censura indo de encontro com os veículos de imprensa que propagava os ideais considerados “subversivos”, retratam bem o cenário do ano de 1947, que viria a se intensificar na década de 1950, principalmente no ano de 1952. O presidente da república não demonstrava muita afeição ao regime democrático, e passou a agir de forma anticonstitucional, não respeitando os dispositivos previstos na Constituição de 1946, que em seu Art. 141, especialmente no parágrafo 5º, estabelecia liberdade para os cidadãos manifestarem os seus pensamentos sem correr risco de terem os seus direitos violados.

A classe trabalhadora, em conjunto com outras organizações de esquerda, vinha se manifestando contra as arbitrariedades cometidas pelo governo Dutra, gerando manifestações contra a sua política autoritária em todo o território brasileiro. Em Sergipe, não foi diferente. Com o PCB lançado a ilegalidade mais uma vez e os mandatos dos parlamentares suspensos, como aponta o relatório final da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo”, foram cassados o “deputado estadual Armando Domingues e os vereadores Agonalto Pacheco, Carlos Garcia e Otávio José dos Santos, além do sergipano Osvaldo Pacheco da Silva, deputado federal eleito por São Paulo” (CEV/SE, 2015), foi organizada uma manifestação para protestar contra a cassação do registro e dos mandatos parlamentares dos membros do partido.

Marcada para o dia 29 de novembro de 1947, às 20h, a notícia da manifestação espalhou-se e chegou até os ouvidos das autoridades governamentais do Estado, que logo procuraram agir para reprimir o protesto. Ao final da tarde, foi emitida uma nota pela

Secretaria de Segurança e Interior, sob a liderança de João de Araújo Monteiro (conhecido como Monteirinho), a qual exortava os comunistas a não realizarem o pretendido comício, pois ele não havia sido autorizado. A mensagem foi divulgada através de um carro de propaganda por toda a cidade, sendo, também, destruído o palanque onde os parlamentares iriam falar ao povo.

Com o chegar da noite, o governo sergipano foi surpreendido, os seus esforços não foram capazes de reprimir os anseios de um povo que, mesmo sob constantes ameaças e violências, estava disposto a lutar pelos seus ideais. Aglomeravam-se por toda a praça Fausto Cardoso uma multidão composta por populares que aguardavam o comício iniciar. Acontece que estavam dispostos, em pontos estratégicos da cidade, vários comandos das forças de segurança pública: o Corpo de Bombeiros, a Infantaria Militar, a Cavalaria e a Polícia Civil, prontos para reagirem contra os manifestantes. Além disso, todos os manifestantes presentes no local foram revistados por policiais, logo após um soldado da Cavalaria avisava ao povo que o coronel Djenal Tavares ordenava que o povo fosse dispersado. O deputado estadual sabendo da ocupação dos principais pontos da capital, falou ao povo tentando convencê-lo de retornar a suas casas

Armando Domingues dirige-se ao povo, concitando-o a voltar ordeiramente para as suas residências, pois a presença de todos já tinha demonstrado a repulsa do povo ao regime do arbítrio e a sua resistência á Ditadura. Competia agora, acatar a decisão que a Polícia tomou, embora que inconstitucional, porque não era pensamento dos que ali estavam presentes perturbar a ordem (O NORDESTE, 30 de novembro de 1947, p. 01)

Mas era tarde demais, as forças policiais não estavam dispostas a perderem a oportunidade de usarem, mais uma vez, a repressão para coibir os populares. O coronel Djenal Tavares, em parceria com o capitão da Cavalaria Temístocles, avançou em direção aos manifestantes, que foram barbaramente agredidos, sob golpes de espadas e patadas de cavalos. O deputado Armando Domingues e o vereador Otávio José dos Santos também foram agredidos. Poucos minutos depois, ouviu-se um tiro, como relatou o diretor do jornal "*O Nordeste*" e médico Antônio Garcia Filho, que, segundo ele, foi disparado numa altura em torno de um metro, próximo a Casa Mascarenhas. A rua estava escura, mas a luz do Cineteatro Rio Branco possibilitou a Garcia Filho identificar membros da Cavalaria e da Polícia Militar no local. Foi avisado por um manifestante que havia um homem ferido próximo a um carro estacionado, era o operário Anísio Dário que havia sido brutalmente assassinado, como relatou o diretor do jornal: "Ali não estava um ferido e sim um homem friamente assassinado em plena via pública, apresentando um ferimento cortante, de espada ou facão, na região supraciliar e outro perfurante, de projétil, na região da aorta" (O

NORDESTE, 03 de dezembro de 1947, p. 04). Esse trágico episódio ficou conhecido como “A Chacina da Rua João Pessoa”.

Em meio ao embate ideológico que permeava o mundo e, por consequência, o país, o governo de Sergipe, através da Secretaria de Interior e Justiça, emitiu uma nota que responsabilizava os próprios comunistas pelo assassinato de Anísio Dário. O *Diário de Sergipe* publicou



Fonte: Jornal “Diário de Sergipe”, 01 de dezembro de 1947, página 01.

A nota se referia ao ocorrido como um acontecimento “lamentável”, mas sequer prestou condolências à família do operário, o governo se preocupou em continuar causando repulsa aos comunistas gerando pânico nos cidadãos aracajuanos. Acusava os comunistas, destacando os parlamentares Armando Domingues, Carlos Garcia e Otávio José dos Santos, de perturbar a ordem com o intuito de fazer a Assembleia Legislativa votar a favor de uma moção contrária à cassação dos partidários do PCB.

O conteúdo da nota seguia estritamente o perfil do então governador, José Rollemberg Leite, que se colocava como um austero defensor do povo sergipano contra o perigo comunista, como apresentado em suas Mensagens à Assembleia Legislativa, ao redigir as seguintes palavras “Em vista de tal procedimento, reprovado pela opinião pública, o Departamento de Segurança Pública, como responsável direto pela tranquilidade da família sergipana, resolveu proibir os comícios dos vermelhos (...)” (O NORDESTE, 01 de dezembro de 1947, p. 01).

Afirmava, ainda, que os líderes do comício sabiam que não havia sido autorizado a sua realização e que mesmo assim não seguiram as ordens vindas das autoridades policiais, pelo contrário, o deputado Armando Domingues havia estimulado os ânimos daqueles que estavam ali presentes, ao se recusar voltar para sua residência. Essa informação, porém, se

contrapõe com o relato apresentado pelo médico Armando Garcia Filho, bem como a opinião do diretor do “*Sergipe Jornal*”, que foi ainda mais rigoroso em suas palavras, afirmando que

(...) o fascismo ressurge em Sergipe, amparado e protegido pelos agentes governamentais. Conhecidos como camisas verdes tomaram parte saliente na chacina de sábado. (...) Renasce pois, o fascismo, estúpida e acintosamente, sob o pretexto de combate ao comunismo. E com ele renasce sob a inspiração do Prof. Monteiro, os mesmos métodos e processos que foram o apanágio da Alemanha de Hitler e da Itália de Mussolini” (SERGIPE JORNAL, 01 de dezembro de 1947, p. 01)

Os “camisas verdes” eram os membros da Ação Integralista Brasileira (AIB), um movimento nacionalista da extrema-direita, criado e liderado por Plínio Salgado, com inspiração no fascismo italiano de Benito Mussolini. Podemos apontar a visita do líder fascista brasileiro à Itália e a troca de ideias que teve com o próprio Mussolini, que o incentivou a reproduzir o seu modelo político no Brasil, e ao verde-amarelíssimo da década de 20, como fontes de inspirações para Plínio Salgado construir o seu ideário político, embora o mesmo afirmasse que já possuía ideias formadas, “A sedução em torno do regime fascista e a crítica à democracia — que era associada ao liberalismo e ao comunismo — foram elementos que o moveram nessa euforia em torno da política italiana” (GONÇALVES; NETO, 2020, n.p.). Os membros da AIB ficaram conhecido assim devido às camisas verdes que compunham os seus uniformes, vistas como sagradas, conforme observam Gonçalves e Neto (2020) “A camisa verde era um elemento moralizador, assim como aquele que a vestisse” (GONÇALVES; NETO, 2020, n.p.).

Com base nisto, a matéria do *Sergipe Jornal* expressa-se forte, tornando-a mais significativa devido a menção memoriosa que fez aos torpedeamentos dos navios brasileiros Baependy, Araraquara e Aníbal Benévolo, na costa sergipana, pelo submarino nazista U-507, relembrando um passado não tão distante que ainda impunha uma dor tão presente àquele momento

O povo, se não é comunista, odeia contudo o fascismo, e eis porque reprova e recrimina o bárbaro massacre de sábado a noite insuflado e orientado pelos ex-integralistas de Sergipe, desejosos de reviver aquelas práticas dantescas da Alemanha e da Itália (...). Reflitam, sobre os feridos e sobre os cadáveres do massacre de sábado as autoridades sergipanas e fiquem certas de que o Povo consciente, o Povo livre, o Povo independente, não aplaude nunca a violência, venha ela de onde vier, menos ainda tolera o renascimento do fascismo nas terras de Sergipe, em cujas praias existem as cruzes dos que morreram vítimas dos torpedeamentos que esses mesmos fascistas de agora provocaram, louvaram e enalteceram (SERGIPE JORNAL, 01 de dezembro de 1947, p. 01)

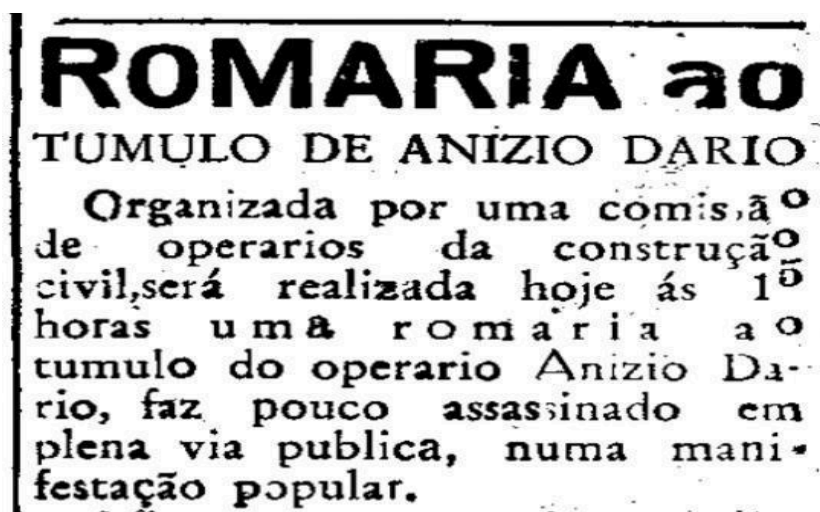
A ousada matéria do veículo de notícias sergipano, acima, demonstra uma lembrança dolorosa vivida em tempos sombrios durante a Segunda Guerra Mundial em Sergipe, especialmente em Aracaju, que se reverbera em acontecimentos posteriores, desbloqueando

uma reação contrária às forças causadoras daquele mal. O povo, porém, apesar de reagirem manifestando contra as forças autoritárias do Estado e protestando contra a privação dos seus direitos assegurados, teoricamente, na Carta de 1946, se viu vítima de uma ideologia política reacionária. Ainda sob esse raciocínio, de acordo com Paxton (2007)

(...) existe um vínculo mais plausível entre o fascismo e um conjunto de "paixões mobilizadoras" que plasmaram a ação fascista do que entre ele e uma filosofia explícita e plenamente consistente. No fundo, existe um nacionalismo apaixonado. Aliado a ele, há também uma visão conspiratória e maniqueísta da história como uma batalha entre os campos do bem e do mal, entre os puros e os corruptos, da qual a própria comunidade ou nação é sempre vítima (PAXTON, 2007, p.78).

Em Sergipe, no final de 1947, a vítima dessa “visão conspiratória” foi o operário sindicalista Anísio Dário, sem qualquer chance de entoar os anseios da sua classe, a trabalhadora, naquela noite de sábado, agonizava de dor enquanto perdia os últimos segundos de vida. Encaixa-se perfeitamente aqui o trecho da composição de Paulo César Pinheiro e Mauro Duarte, “Canto das Três Raças”, em que diz “mas que agonia o canto do trabalhador. Esse canto que devia ser um canto de alegria, soa apenas como um soluçar de dor”.

A morte de Anísio foi honrada pelos seus companheiros, que organizaram uma romaria em sua homenagem “duas semanas após o sepultamento” (CEV/SE, 2015). O jornal “O Nordeste” divulgou o horário e convidou a população



Fonte: Jornal “O Nordeste”, 21 de dezembro de 1947, página 01.

A romaria em homenagem ao operário saiu da sede do Sindicato dos Operários da Construção Civil em direção ao seu túmulo. O ato organizado por seus amigos e familiares, porém, foi desrespeitado pelo coronel Djenal Tavares que tentou barrar a entrada dos romeiros no cemitério em que estava o seu túmulo, “possivelmente para evitar maior repercussão sobre as circunstâncias da morte de Anísio Dário” (CEV/SE, 2015). Apesar das

inconveniências, foi feita a homenagem, como também reivindicações para que os culpados pelo triste caso de novembro, fossem responsabilizados pelas autoridades. Entretanto, a família do operário continuou sofrendo perseguições e precisou mudar para o Rio de Janeiro para tentar se protegerem, onde passaram a viver com ajuda financeira do PCB, “que destinava parte do dinheiro arrecadado com a venda de jornais, bem como da contribuição dos trabalhadores, em especial os ferroviários” (CEV/SE, 2015) e os culpados por sua morte não foram responsabilizados.

5. A intensa repressão aos comunistas nos anos 50

As tensões entre os comunistas e o governo brasileiro se intensificaram mais ainda durante um dos conflitos mais emblemáticos do período da Guerra Fria, a Guerra da Coreia (1950-1953). A Coreia, ocupada pelo Japão desde 1910, foi dividida durante a Conferência de Potsdam, realizada entre julho e agosto de 1945, estabelecendo que o Norte ficaria sob a influência soviética, onde estabeleceu-se um governo socialista liderado por Kim Il-sung, enquanto no Sul, sob o domínio norte-americano, formou-se um governo capitalista sob a liderança de Syngman Rhee. A partir desse momento, as tensões aumentaram, culminando em um conflito aberto em junho de 1950, quando as forças norte-coreanas, apoiadas pela China e pela União Soviética, invadiram o território do Sul. Em resposta, os Estados Unidos adotaram uma postura mais agressiva, decidindo pela criação da bomba de hidrogênio e pelo aumento do orçamento militar.

No Brasil, os militantes comunistas foram responsáveis por promover diversas iniciativas dentro do Movimento pela Paz. A primeira iniciativa do movimento foi a "Campanha pela Proibição das Armas Atômicas", também conhecida como "Apelo de Estocolmo".

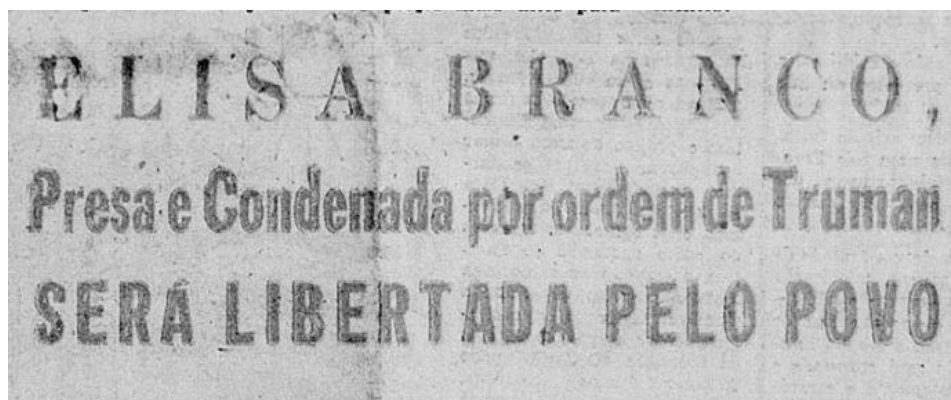
Durante o engajamento na coleta de assinaturas para essa campanha, estourou a Guerra da Coreia. Diante do conflito, a imprensa comunista brasileira passou a denunciar vigorosamente a "intervenção imperialista nos assuntos coreanos" e a violência contra a população local. O PCB posicionou-se contra a guerra na Coreia, qualificando-a como um conflito imperialista. Em 1950, Luiz Carlos Prestes, figura central do comunismo nacional, enfatizou que o povo brasileiro deveria lutar pela paz e opor-se a qualquer envolvimento na intervenção militar dos Estados Unidos na Coreia e na China. Para ele, a resistência dos

povos asiáticos ao imperialismo integrava a própria luta pela independência do Brasil em relação ao jugo imperialista, clamando pela retirada imediata dos norte-americanos da Coreia.

Prestes ressaltava que a ameaça de guerra crescente colocava em risco a vida dos jovens e a segurança de toda a população brasileira. Para o líder comunista, o receio de uma nova guerra mundial que, dessa vez, representava uma séria ameaça de guerra atômica, não era fruto de fantasias, mas sim uma realidade próxima e assustadora, em que o conflito coreano representava o início de um confronto global. Além disso, um conflito dessa magnitude naquela conjuntura histórica implicaria em uma catástrofe sem precedentes, dado o arsenal nuclear disponível às superpotências, cuja utilização não era descartada diante das tensões extremas da Guerra Fria.

No contexto do conflito coreano, os EUA passaram a pressionar o Brasil para o envio de tropas contra os norte-coreanos, contudo, diferentemente da Segunda Guerra, quando o Brasil enviou tropas ao conflito, em 1950 o país resistiu ao pedido norte-americano.

No decorrer do ano de 1950, diversas manifestações foram realizadas contra o envio de tropas brasileiras para a Coreia, porém nenhuma obteve tanta repercussão quanto o caso de Elisa Branco, operária e militante comunista. Em 7 de setembro daquele ano, durante um ato público em São Paulo em defesa da paz e contra a guerra na Coreia, Elisa exibiu uma faixa com a frase: "Os soldados nossos filhos não irão para a Coréia". Após o término da manifestação, iniciou-se uma rigorosa perseguição contra ela. Enquanto caminhava a pé, enrolou a faixa sob o braço, mas, percebendo estar sendo seguida, tentou escapar tomando um bonde; contudo, ao desembarcar, foi detida pela polícia e permaneceu presa por um ano em companhia de detentas comuns. Durante seu encarceramento, numerosas manifestações foram promovidas em seu apoio, e a imprensa comunista denunciou veementemente a repressão do governo. Os jornais do partido publicaram regularmente apelos pela libertação de Elisa



Fonte: Jornal “Voz Operária”, 08 de setembro de 1951, página 01.

Quando completou um ano da prisão de Elisa Branco, o jornal “*Voz Operária*”, um dos veículos do PCB, fez uma publicação apelando pela libertação da operária, expondo, mais uma vez, a arbitrariedade do governo brasileiro em aliança com os EUA, uma vez que

O bom senso, a equidade, o mais elementar sentimento de humanidade, uma justiça serena são incompatíveis com essa incrível condenação e com a permanência, por mais um dia sequer, de Elisa Branco na prisão. (...) A Constituição brasileira assegura a livre manifestação do pensamento e condena as guerras de agressão, e o gesto de Elisa, além de rigorosamente constitucional, traduz os sentimentos mais nobres do amor materno e da vontade de paz da mulher brasileira (VOZ OPERÁRIA, 08 de setembro de 1951, p. 01)

Vargas, que havia retornado à presidência em 1951 pela via democrática, enviou o chefe do Estado Maior, Góes Monteiro, à capital norte-americana para negociar se o Brasil iria ou não participar do conflito coreano em favor dos EUA, fazendo com que os temores de uma nova guerra mundial fossem mais agravados, resultando na pressão do povo brasileiro sobre o governo, mesmo com o presidente do Brasil afirmando que “a participação do Brasil no conflito seria limitada ao envio de minerais estratégicos” (COSTA, 2017, p. 11).

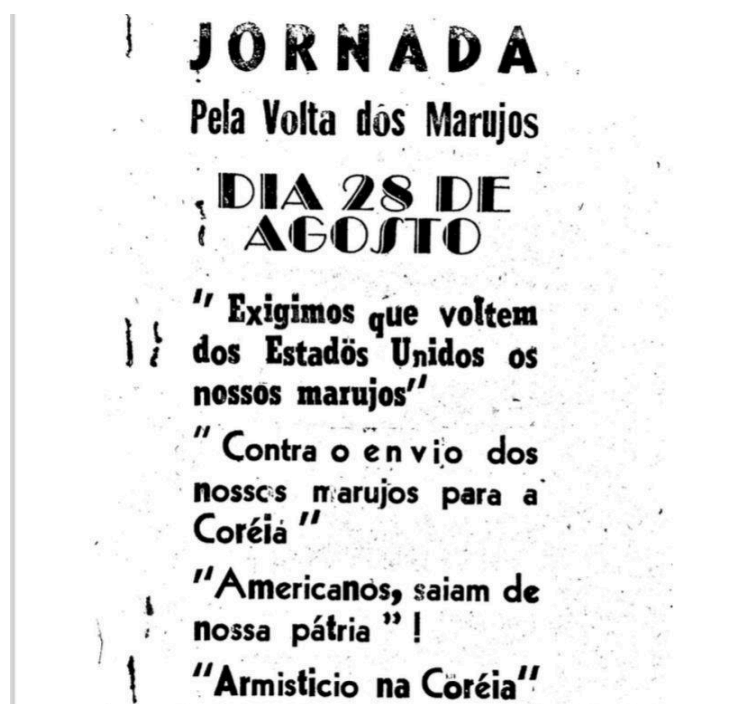
Esse medo coletivo desencadeou outro grande momento do Movimento pela Paz, no Brasil, a "Campanha Contra o Envio de Soldados Brasileiros para a Coreia", intensificando a mobilização social. Distribuíram panfletos, divulgaram manifestos, organizaram passeatas e promoveram comícios contrários à intervenção militar brasileira na Coreia. Além das ações civis, militares comunistas dentro das Forças Armadas também se engajaram na resistência, disseminando panfletos que exortavam os soldados a recusarem o embarque para o conflito coreano. Um desses panfletos, intitulado "Corrente do N", convocava os militares a marcarem com a letra "N", de "não", quartéis, navios e alojamentos, simbolizando a recusa à participação na guerra.

Em Sergipe também ocorreram manifestações contra o envio de soldados brasileiros, acreditava-se que quando o general Góes Monteiro foi aos EUA, ele havia ido com a intenção de negociar o embarque de 2 mil marinheiros conduzindo os navios de guerra “Barroso” e “Tamandaré”. Os manifestantes sergipanos acusavam Getúlio Vargas de querer vender a vida dos marinheiros, entre os quais se encontravam alguns sergipanos

Entre os marinheiros irmãos, cujas vidas deseja o sr. Vargas liquidar numa guerra de agressão para enriquecer os bandidos americanos, encontram-se vários sergipanos, cujas famílias vêm-se aprensivas ante o perigo que correm seus filhos queridos. Esses dois mil marujos brasileiros são partidários da paz, odeiam a guerra e tudo tem feito para não embarcarem para a Coréia, como está a exigir o governo. Por isso é que já chegaram a nossa pátria dois mortos, 1 louco e dezenas presos e feridos, vítimas de brutalidades sofridas por protestarem em defesa de suas vidas.

(“Jornada Pela Volta dos Marujos”, AJU/1ª V. CRI, CX. 08)

Diante da situação, havia a circulação de notícias de que esses 2 mil soldados se encontravam nos Estados Unidos, prontos para se dirigirem em direção à Coreia. Com isso, foi marcada, para o dia 28 de agosto de 1951, a Jornada Nacional Pela Volta dos Marujos. Esse dia seria, portanto, o ponto alto de todas as manifestações que já vinham acontecendo. O povo sergipano, engajado na causa, distribuiu panfletos em fábricas, escolas, repartições públicas, inclusive em quartéis e fazendas, convidando a população para participar da manifestação do dia 28. Além disso, também se responsabilizaram na coleta de assinaturas para abaixo-assinados, que seriam enviados ao gabinete do presidente da República



(“Jornada Pela Volta dos Marujos”, AJU/1ª V. CRI, CX. 08)

Apesar dos esforços, uma nota intitulada “Arnaldo Garcez - Governo de Bandidos e Assassinos” denunciou uma série de ações arbitrárias, sob ordens do governador de Sergipe Arnaldo Garcez (PSD), contra o povo presente na manifestação do final de agosto. A nota afirmava que no dia 28 de agosto os manifestantes foram alvo da violência policial, sendo realizadas prisões, espancamentos, invasões de residências e até mesmo assassinato, acusando o governo sergipano de um “governo de guerra”, que demonstrava o seu “ódio bestial à paz e à vida de nossa juventude e do povo sergipano” (“Arnaldo Garcez - Governo de Bandidos e Assassinos”, AJU/1ª V. CRI, CX. 08). Além das denúncias, a mesma nota instigava que as lutas em defesa da paz mundial, especialmente para o povo coreano, como também divulgaram os nomes dos sergipanos que foram presos durante o ato, exigindo a liberdade dos manifestantes

Júlio Branco, operário; Lidio Santos, pescador, José dos Santos, operário; Pedro Francisco, operário; José Waldson Campos, jornalista e diretor de “A VERDADE”; Carloman Borges, jornalista; Ozorio Teles, corretor; Hélio Nunes, estudante; Nelito Nunes Carvalho, estudante; Lourival Pinheiro, funcionário público; Clovis Meira, praticista; Edival Souza, funcionário público; Teodomiro Silva, operário; José Francisco, operário; João Batista, operário. (“Arnaldo Garcez - Governo de Bandidos e Assassinos”, AJU/1ª V. CRI, CX. 08)

O jornal sergipano “*Gazeta Socialista*”, na sua edição nº 152, também divulgou o ocorrido, afirmando que dezenas de comunistas foram presos, inclusive pessoas que não tinham ligação com as atividades do PCB — que atuavam na ilegalidade. Segundo o veículo de notícias, a sede do jornal comunista “*A Verdade*” havia sido invadida por “três ou quatro investigadores que, exorbitando da sua autoridade de lá arrancaram o seu Diretor” (“GAZETA SOCIALISTA”, 01 de setembro de 1951, p. 01). Afirmava, ainda, que muitos cidadãos foram presos em via pública, na rua João Pessoa, e até mesmo dentro de ônibus coletivos. O jornal trazia em sua matéria que era “necessário que as autoridades compreendam os limites que separam a defesa da ordem e os direitos dos cidadãos inclusive de liberdade de imprensa” (“GAZETA SOCIALISTA”, 01 de setembro de 1951, p. 01).

Os anos 1950 foram bastante agitados no Brasil, devido ao alinhamento do Brasil aos EUA, principalmente em relação à Guerra da Coreia (1950-1953), inserida no contexto da Guerra Fria. Em Sergipe, a transição do governo de Rollemberg Leite (PSD) para Arnaldo Garcez (PSD) representou a continuidade de uma administração arbitrária e autoritária frente às ações dos movimentos populares, em especial.

Entre os anos de 1951 e 1955, o estado de Sergipe foi palco de intensas violações aos direitos humanos, marcadas por perseguições sistemáticas de cunho político. O contexto nacional, caracterizado pelo terceiro governo de Getúlio Vargas (1951–1954), contribuiu para

o agravamento das tensões locais, especialmente com o aprofundamento das relações entre o Brasil e os Estados Unidos. Nesse período, diversos segmentos da sociedade sergipana foram alvo de ações repressivas por parte do Estado, sob o pretexto de combate à subversão ideológica, principalmente militantes políticos, simpatizantes de ideologias de esquerda, operários do setor têxtil, bem como órgãos da imprensa a exemplo dos periódicos *O Povo*, *A Verdade*, *Imprensa Popular*, *Voz Operária* e *Classe Operária* (CEV/SE, 2015).

A Lei de Segurança Nacional, em suas diversas versões, foi amplamente utilizada como instrumento jurídico para perseguir e encarcerar opositores do governo federal, considerados subversivos:

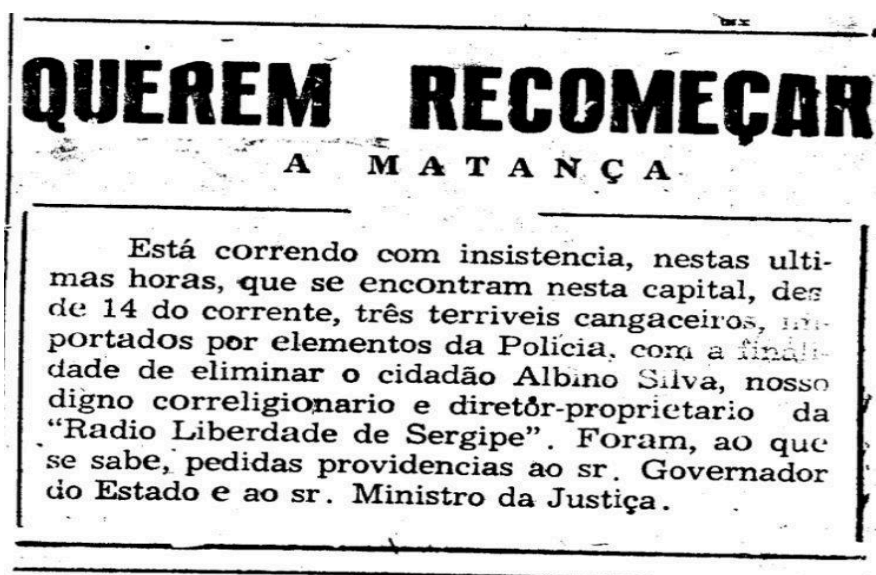
Por essa lógica, seria considerado subversivo qualquer um que viesse a simpatizar, discutir, ler, apresentar teses, pensamentos e/ou, enfim, divulgar os ideais comunistas e o Partido Comunista Brasileiro. Uma justificativa mais que suficiente para legitimar a aplicação rigorosa da Lei (CEV/SE, 2015).

Enquadra-se aqui as prisões dos trabalhadores e estudantes da Faculdade de Direito, Otávio de Melo Dantas e Antônio Correa de Melo (Tonico Alfaiate). Em agosto de 1952, por ordem do capitão e segundo delegado Manoel Vicente Ferreira, foi realizada busca e apreensão no imóvel onde ambos residiam, localizado na Rua João Pessoa, no centro de Aracaju, onde foram apreendidos livros, correspondências, jornais e panfletos que foram interpretados como um meio de divulgação da “propaganda subversiva”. Tonico Alfaiate foi acusado, por uma das testemunhas de acusação, de ser comunista, mesmo que a sua filiação não fosse validada, pois, segundo a testemunha — um militar, aliás —, o seu nome era citado em várias edições do jornal comunista “*A Verdade*”, embora não fosse possível evidenciar as suas atividades dentro do PCB, essa acusação era suficiente para que o trabalhador e estudante fosse preso (CARDOSO, 2019, p. 16-17).

Já Otávio de Melo foi descrito e adjetivado de inteligente e idealista, o que explica seu envolvimento com o movimento estudantil “Vereança”. Embora também não fosse possível para as testemunhas comprovarem o seu envolvimento com os comunistas, por ser mais novo, a promotoria considerava que era possível uma reversão da ideologia comunista, portanto o tratamento que recebeu foi sutilmente mais leve em relação ao de Tonico.

Mesmo sem haver provas reais de que os estudantes citados acima fossem militantes do Partido Comunista Brasileiro, ambos foram condenados a cumprir a pena de dois anos de prisão, mais uma vez evidenciando o *modus operandi* anticonstitucional do governador de Sergipe, Arnaldo Garcez (PSD).

Além das acusações e perseguições em relação à imprensa comunista, um caso curioso foi o do diretor da Rádio Liberdade de Sergipe, Albino Silva da Fonseca, correligionário da UDN. Vale lembrar que, como discorrido ao longo do segundo capítulo deste trabalho, a UDN e o PSD eram partidos inimigos, as suas desavenças se estendiam para além dos pleitos, sendo possível enxergá-la antes, durante e após as eleições nas quais os seus partidários concorriam. Neste sentido e levando em consideração o contexto político da época, conhecido pelo seu grau repressivo, uma nota emitida pela Rádio Liberdade e divulgada, também, pelo “*Correio de Aracaju*”, fez uma denúncia afirmando que desde o dia 14 de setembro de 1953, havia três homens que estavam intimidando Albino Silva, cujo objetivo era atentar contra a sua vida



Fonte: Jornal “Correio de Aracaju”, 25 de setembro de 1953, p. 01

Essa ação foi articulada, conforme a nota do diretor geral da emissora, pelo secretário de Segurança Pública e pelo coronel Djenal Tavares. O jornal “*Diário de Sergipe*”, ligado e devoto do governo sergipano pessedista, reagiu satirizando a Rádio Liberdade

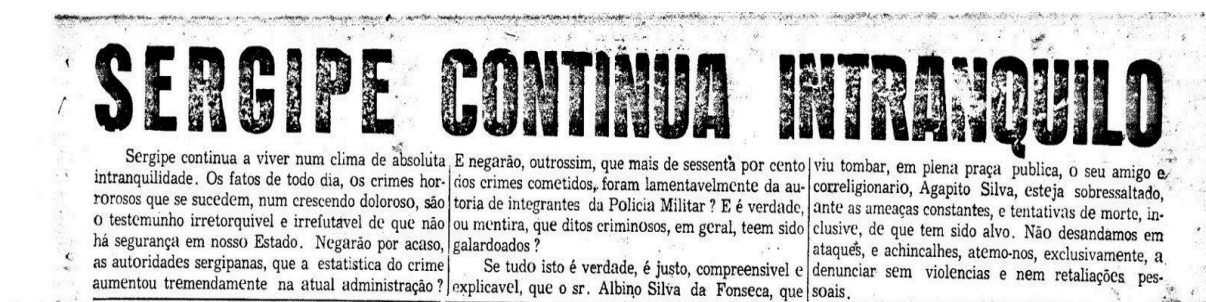
A dupla Albino-Seixas Dorea está causando sucesso na Radio Liberdade. Excelentes radio-atores pela hilaridade que despertam. É bem verdade não se trata de comicos da marca de Alvarenga e Ranchinho, Jararaca e Ratinho. Mas as suas manifestações creadoras de tanta cousa, que a opinião pública repulsa, constituem no todo, a melhor comédia de nossos dias. (...) Boa comédia esta, a da Rádio Liberdade, com a dupla Albino-Seixas Dorea! O Secretário de Segurança Pública e o Cel. Djenal querem matar Albino? (DIÁRIO DE SERGIPE, 29 de setembro de 1953, p. 01)

Na mesma edição, é possível observar que os insultos feitos aos udenistas foram, também e quiçá principalmente, movidos por desavenças partidárias, visto que em alguns

trechos os redatores do “*Diário de Sergipe*” se referem à ação da Rádio Liberdade como “leandrismo”, para se referir ao presidente do partido Leandro Maciel (UDN). Acrescentavam, ainda, que tal ação

causa até indignação pública o que se passa em face dessa miséria udenista. (...) O Sr. Leandro Maciel tenha pena de seus amigos e não seja causa de degenerescência nos serviços de rádio difusão em Sergipe. Zele o nome do nosso Estado (DIÁRIO DE SERGIPE, 29 de setembro de 1953, p. 01)

No dia seguinte ao da publicação do noticiário estadual governista, o “*Correio de Aracaju*”, sob a evidente legenda “Sergipe Continua Intranquilo”, acusou a gestão de Arnaldo Garcez (PSD) de não se preocupar com a segurança do Estado, denunciando que o número de crimes cometidos aumentaram significativamente, sendo eles, inclusive, mais de 70% cometidos pela Polícia Militar e continuava afirmando que o diretor geral da Rádio Liberdade estava sim sendo ameaçado constantemente e sofrendo tentativas de assassinato



Fonte: Jornal “Correio de Aracaju”, 30 de setembro de 1953, p. 01.

O caso foi sério. A 2ª Delegacia de Polícia instaurou Inquérito Policial e intimou Albino Silva a comparecer na referida delegacia no dia 29 de setembro de 1953. Em um primeiro momento, o respondente se negava a responder as perguntas feitas, pois, conforme consta no Relatório do Inquérito Policial (Inquérito Policial (IP), AJU/1ª V. CRI, CX. 11), segundo ele e o seu advogado, Seixas Dórea, o responsável por interrogá-lo era subserviente ao secretário de Segurança Pública. De certo modo, ele estava certo, o mesmo argumento pode ser aplicado aos três homens que compareceram para testemunhar contra Albino Silva da Fonseca: Félix Curvelo Felizola, capitão da Polícia Militar de Sergipe; Jonatas Leite de Andrade, diretor da Imprensa Oficial do Estado e Simeão Fernandes Sobral, funcionário público da Secretaria de Segurança Pública. Os três eram ligados diretamente a órgãos do governo sergipano e em seus depoimentos afirmavam exatamente o que as autoridades queriam, que a nota emitida pela Rádio Liberdade causou tumulto e pânico na população de Sergipe e que tanto o comandante da Polícia Militar, quanto o secretário da Secretaria de

Segurança Pública não seriam capazes de efetuar o crime que estavam eles sendo acusados pela oposição.

Desde a primeira gestão de José Rollemberg Leite (1947-1950), principalmente com a criação da Secretaria de Segurança Pública para atuar junto a Polícia Militar, vem sendo propagada a ideia de que o governo iria manter a ordem, uma vez que havia forças subversivas — leia-se os comunistas, em especial — dispostas a perturbar o sossego da população sergipana e provocar o caos, inclusive contra os princípios cristãos. Esse mesmo discurso se estendeu ao governo de Garcez, também como uma forma de justificar o seu autoritarismo e as suas medidas anticonstitucionais a serviço de “um bem maior”. O fato é que a sua política arbitrária foi tão grande e explícita que mesmo a UDN não sendo um partido de esquerda, também foi alvo da repressão do Estado. É válido ressaltar também que, na década de 50, o caso da UDN, centralizado na figura de Albino Silva, poderia ser um reflexo do cenário nacional, com as desavenças políticas entre o Governo Central, representado por Vargas, e a UDN, representada por Carlos Lacerda, uma vez que o governador sergipano era um pessedista e o PSD havia sido um partido situacionista no fim do Estado Novo. Peças da documentação sobre o processo de Albino Silva, presente nas respostas de uma das suas testemunhas de defesa, João Cardoso Barreto, confirmam que havia uma motivação de cunho político: “P. A que atribui essa perseguição ao sr. Albino Silva? - R. que atribui a motivos de ordem política, pois o sr. Albino é figura de destaque na oposição sergipana.” (Inquérito Policial (IP), AJU/1ª V. CRI, CX. 11).

Desta forma, através dos exemplos citados, percebe-se que Sergipe nos anos 50, principalmente, vivenciou um período de grande dificuldade no que diz respeito às liberdades individuais e coletivas dos seus cidadãos.

6. Considerações Finais

Analisar de forma crítica os acontecimentos em Sergipe que conduziram o Estado a adotar um caminho autoritário requer uma reflexão aprofundada sobre os fatores internos e externos que contribuíram para esse processo. Em diferentes momentos da história sergipana, especialmente em períodos de instabilidade política e econômica, observa-se uma tendência de ruptura com os princípios democráticos em favor de uma estrutura de poder mais centralizada e repressiva. O autoritarismo, nesse contexto, se manifesta como uma resposta das elites políticas e econômicas locais à crescente pressão popular por mudanças sociais, à emergência de novos atores políticos e ao medo da perda de privilégios historicamente acumulados. Essa forma de governar, marcada pela supressão de liberdades civis, censura, perseguição a opositores e controle das instituições, foi muitas vezes justificada pelo discurso da “ordem” e da “estabilidade”, criando um ambiente de medo, envolvendo os agentes do poder com um manto paternalista para uma parte da população.

Em Sergipe, esse movimento autoritário não pode ser compreendido isoladamente, mas sim como parte de um fenômeno mais amplo no Brasil, em que governos autoritários encontraram apoio em setores conservadores da sociedade, inclusive em momentos como o Estado Novo (1937-1945) e a Guerra Fria (1947-1991), pois, durante esses períodos, lideranças locais alinharam-se ao poder central, contribuindo para a implementação de práticas autoritárias na esfera estadual, como a repressão de movimentos sociais e o silenciamento de vozes dissidentes. O autoritarismo em Sergipe, portanto, não foi apenas uma imposição de cima para baixo, mas também contou com a participação ativa ou a conivência de setores locais que viam na centralização do poder uma forma de preservar seus interesses. Essa análise crítica é fundamental para compreender como as estruturas autoritárias se perpetuam, mesmo após o retorno à democracia formal, e como a cultura política autoritária ainda influencia práticas de poder no Estado.

Os principais resultados da pesquisa revelam que, mesmo diante do fortalecimento de um aparato autoritário em Sergipe no final da década de 1940 e início da de 1950, as classes populares e os militantes comunistas desempenharam um papel fundamental de resistência, contestação e organização política. Esse período foi marcado por um acirramento das tensões ideológicas no Brasil, impulsionado pela conjuntura internacional da Guerra Fria, que estimulou o anticomunismo como política de Estado e resultou na cassação do registro do Partido Comunista do Brasil, em 1947. Em Sergipe, essa ofensiva autoritária se traduziu no

endurecimento da repressão, na vigilância sobre sindicatos e organizações civis, e na criminalização de lideranças ligadas à esquerda. No entanto, longe de silenciar completamente a sociedade, essas medidas provocaram reações organizadas, especialmente entre os operários urbanos submetidos à precarização do trabalho, estudantes e setores progressistas da intelectualidade local. A resistência comunista foi particularmente significativa, mesmo com sua atuação formalmente proibida, o PCB e seus militantes continuaram a operar de forma clandestina, organizando células de base, produzindo panfletos, promovendo debates e liderando greves e manifestações. Sua presença em sindicatos e associações de bairro contribuiu para a politização das demandas populares.

Essas formas de resistência, embora muitas vezes fragmentadas e duramente reprimidas, foram fundamentais para manter viva uma cultura política de contestação em Sergipe, mesmo sob o peso do autoritarismo. Além disso, demonstram que a construção histórica da democracia no Estado não foi resultado apenas de decisões institucionais vindas do topo, mas também da ação contínua de sujeitos coletivos que, mesmo sob risco de prisão, censura e violência, optaram por enfrentar o autoritarismo com coragem e persistência. A pesquisa, portanto, evidencia que a resistência popular e comunista não apenas desafiou as estruturas autoritárias daquele período, mas também lançou as bases para futuros movimentos de luta democrática e emancipação social em Sergipe, contribuindo de forma decisiva para o enraizamento de uma consciência política crítica nas camadas populares.

A pesquisa contribui, de forma significativa, para o campo historiográfico sergipano que ainda carece de um número significativo de pesquisas na esfera estadual, dentro do recorte temporal escolhido. Além disso, contribui para o aprofundamento do debate sobre o autoritarismo no Brasil ao lançar luz sobre suas manifestações em nível estadual, muitas vezes ofuscadas pelas narrativas centradas nas grandes capitais ou no poder central.

Outro aspecto importante é a valorização da resistência das classes populares e dos militantes comunistas, frequentemente invisibilizados nas versões oficiais da história. A pesquisa resgata suas vozes, práticas e estratégias de enfrentamento, demonstrando que, mesmo diante de um contexto repressivo, esses grupos foram agentes ativos na luta por direitos, liberdade e justiça social. Ao fazer isso, o estudo contribui para a reconstrução de uma memória coletiva mais plural, democrática e sensível às experiências daqueles que historicamente foram marginalizados. Além disso, a pesquisa oferece uma importante contribuição metodológica ao articular fontes diversas — documentos oficiais, jornais alternativos, depoimentos orais e materiais produzidos por militantes —, o que permite uma compreensão mais rica e multifacetada do período.

Por fim, ao destacar a importância da organização popular, da politização das lutas sociais e da atuação de sujeitos coletivos na construção da história, a pesquisa reforça o papel transformador da ação política de base. Nesse sentido, ela não apenas amplia o conhecimento acadêmico sobre o período estudado, mas também oferece ferramentas críticas para pensar os desafios contemporâneos da democracia em Sergipe e no Brasil.

Com base nos resultados desta pesquisa, surgem diversas possibilidades para investigações futuras que podem aprofundar e ampliar o entendimento sobre o autoritarismo e a resistência popular em Sergipe e no Brasil. Uma sugestão é a realização de estudos mais detalhados sobre a atuação dos sindicatos e associações de bairro no período, explorando suas formas de organização, estratégias de enfrentamento e vínculos com movimentos nacionais e internacionais. Outra linha promissora seria investigar a participação das mulheres na resistência comunista e popular, um aspecto ainda pouco explorado, mas fundamental para uma compreensão mais completa da luta social naquele contexto.

Por fim, seria importante estudar as continuidades do autoritarismo nas práticas políticas locais após o período analisado, especialmente durante a ditadura militar (1964–1985), buscando conexões entre os mecanismos repressivos adotados em diferentes momentos históricos e suas permanências na cultura política contemporânea de Sergipe.

7. Fontes

Correio de Aracaju, 20 de agosto de 1945.

Correio de Aracaju, 15 de outubro de 1945.

Correio de Aracaju, 25 de setembro de 1953.

Correio de Aracaju, 30 de setembro de 1953.

Correio da Manhã, 30 de outubro de 1945.

Diário de Sergipe, 01 de dezembro de 1947.

Diário de Sergipe, 29 de setembro de 1953.

Gazeta de Notícias, 04 de outubro de 1945.

Gazeta Socialista, 01 de setembro de 1951.

O Nordeste, 30 de novembro de 1947.

O Nordeste, 03 de dezembro de 1947.

O Nordeste, 21 de dezembro de 1947.

Sergipe Jornal, 10 de julho de 1945.

Sergipe Jornal, 01 de dezembro de 1947.

Voz Operária, 08 de setembro de 1951.

Inquérito Policial (IP), AJU/1ª V. CRI, CX. 11.

“Jornada Pela Volta dos Marujos”, AJU/1ª V. CRI, CX. 08.

Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa Estadual por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1948 pelo Dr. José Rollemberg Leite, governador do Estado de Sergipe, 01 de março de 1948.

Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa Estadual por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1949 pelo Dr. José Rollemberg Leite, governador do Estado de Sergipe, 02 de março de 1949.

8. Referências Bibliográficas

- ALVES, Tiago J. J.. A Política do PCB no Início da Guerra Fria. **ANPUH - XXV Simpósio Nacional de História**, 2009. Disponível em https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772190_463b7b339e0f63dd56ac5e17eadbc01a.pdf. Acesso em 14/08/2025 às 01h13.
- CARDOSO, Mércia S., **O Autoritarismo Democrático: uma perspectiva não legalista sobre o autoritarismo em Sergipe da década de 1950**. Repositório Institucional - UFS, 2019. Disponível em https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/12072/2/Mercia_Santos_Cardoso.pdf. Acesso em 15/08/2025 às 16h36.
- COSTA, Celiane F.. O Posicionamento do Brasil na Guerra da Coreia (1950-1953). **ANPUH - XXIX Simpósio Nacional de História**, 2017. Disponível em https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502808038_ARQUIVO_OBrasilnaGuerraCoreia-CelianeFerreiradaCosta.pdf. Acesso em 09/07/2025 às 18h23.
- DANTAS, Ibarê. **Os Partidos Políticos em Sergipe (1889-1964)**. 1ª ed. Aracaju: Tempo Brasileiro, 1989.
- DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe República (1889-2000)**. 2ª ed. Aracaju: Editora SEDUC, 2022.
- FIDELIS, Thiago. Entre o Autoritarismo e a Democracia: a reorganização partidária e as eleições presidenciais de 1945. **ANPUH - XXVI Simpósio Nacional de História**, 2011. Disponível em https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548856702_3da0a024ae400d6d396aaef35bcd1b66.pdf. Acesso em 27/06/2025 às 10h45.
- GONÇALVES, Leandro P.; NETO, Odilon C.. **O Fascismo em Camisas Verdes**. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.
- McMAHON, Robert J.. **La Guerra Fría: una breve introducción**. Madrid: Alianza, 2009.
- MENDES, Lilian M. G. Aliança e Recompensa: a política de alinhamento do governo Dutra nos primórdios da Guerra Fria no Brasil. **OPIS**, Catalão, Vol. 12, n. 2, p. 106-124, Jul/Dez, 2012.
- MUNHOZ, Sidnei J.. Ecos da Emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953). **Diálogos**, DHI/UEM, Vol. 6, p. 41-59, 2002.
- MUNHOZ, Sidnei J.. A Guerra Fria no Brasil: repressão política e resistência durante a primeira fase do conflito. **ANPUH - XXII Simpósio Nacional de História**, 2003. Disponível em https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177542_edb194b9be053539f7b680fa21ec783d.pdf. Acesso em 13/08/2025 às 21h24.
- MUNHOZ, Sidnei J. J.. **Guerra Fria: história e historiografia**. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2020.
- PAXTON, Robert O.. **Anatomia do Fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, [s.n], 2007.
- REGINATO, Andréa D. A.; REIS, Gilson S. M.. **RELATORIO FINAL: Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” Sergipe**. Aracaju: Edise, 2020. Disponível em [Iose - Imprensa Oficial de Sergipe](https://www.ipece.org.br/portal/verdadecomissao) /.
- REIS, Daniel A., A Trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964 in **História do Marxismo no Brasil**, Vol. V. 1ª ed. Campinas: Editora Unicamp, 2002.
- RIBEIRO, Jayme. O PCB e a Guerra da Coreia: memória, história e imaginário social. **História e Perspectivas**, Uberlândia (42): 207-231, Jan/Jun., 2010.
- SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M.. **Brasil: uma biografia**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SKIDMORE, Thomas E.. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

STEPHAN, Claudia. A Doutrina da Segurança Nacional de Contenção na Guerra Fria: fatores que contribuíram para a participação dos militares na política brasileira (1947-1969). **Conjuntura Global**, Vol. 5, n. 3, p. 537-565, Set/Dez, 2016.